

Veículo: Bahia Já	
Data: 07/10/2020	Coluna: Política



EXCLUSIVA: ICMS BAHIA CRESCCE 8.4% PUXADO POR INJEÇÃO RECURSOS

FEDERAIS

Essa é uma tendência nacional e que a Bahia também se beneficiou

Tasso Franco, da redação em Salvador | 06/10/2020 às 18:42



Quase todos os supermercados de Salvador ostentam essa placa

Foto: BJA

Segundo fonte do Bahia Já na Sefaz estadual, a arrecadação de ICMS teve crescimento de 8,4% puxada pela injeção de recursos federais, os auxílios emergências do governo Jair Bolsonaro.

O crescimento nominal de 8,4%, desempenho bem acima da inflação, gerada principalmente pelos efeitos benéficos do Auxílio Emergencial e outros programas do Governo Federal, mas, isso o governo do Estado e seus interlocutores não comentam. Evidente que se fosse o governo Dilma haveria uma relação nas matérias da Secom, como eram antigamente, no Minha Casa e Minha Vida e outros.

Com 2,2 bilhões de reais arrecadados em setembro de 2020, frente aos 2,03 bilhões de 2019 a arrecadação de ICMS do Estado da Bahia já *acompanha a tendência nacional de crescimento forte na arrecadação de ICMS sentida em todo o Brasil.

O que mais impressiona são os números do Varejo 21,3% de crescimento, Atacado 27,89%, Supermercados 28,72%, Agricultura 54,2%, Bebidas 8,51%, Ind. Química 18,66%.

O crescimento do Atacado aponta também que os empresários estão apostando nas vendas de final de ano, e que o abono emergencial criou um boom de crescimento de vendas o que de certa forma também explica o aumento de preços em alguns produtos, demanda aquecida a oferta demora um pouco para se ajustar.

Os baianos receberam de Auxílio Emergencial de março a agosto de 2020, 17 bilhões de reais, de Bolsa Família 2 bilhões de reais (2020 até agosto), BPC 3,3 bilhões (2020 até agosto) e de seguro defeso 172 milhões, totalizando 22,5 bilhões de reais injetados diretamente no bolso dos baianos sem intermediários, de acordo com o Portal da Transparência Federal.

São 8,17 milhões de baianos* beneficiados diretamente pelos *programas federais que mantiveram viva nossa economia apesar do fechamento das atividades comerciais.

Hoje 59,19% da população baiana recebeu diretamente, sem intermediários, recursos federais, o que salvou a economia baiana.

Veículo: Site Camaçari Notícias

Data: 06/10/2020

CAMAÇARI NOTÍCIAS

Programa Nota Premiada já distribuiu 31,8 milhões para entidades

Escrito por Pesquisa Web em 06 de Outubro de 2020



As 543 entidades filantrópicas ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já receberam um total de R\$ 31,8 milhões do Governo do Estado por meio da campanha Nota Premiada Bahia, coordenada pela Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA). Este valor inclui repasses relativos às sete etapas da fase atual do programa – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano –, e ainda à regularização de fases anteriores. Os recursos são divididos entre as entidades da área social e da área de saúde.

De acordo com a Sefaz-BA, a Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no www.notapremiadabahia.ba.gov.br deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. Para isso, é preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Além da motivação de seguir apoiando as filantrópicas de sua preferência, os participantes concorrem a 90 prêmios mensais de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, e ainda a sorteios especiais de R\$ 1 milhão. Os sorteios da Nota Premiada Bahia tomam por base os resultados da Loteria Federal para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes premiados a cada mês. Mais de 569 mil cidadãos baianos estão cadastrados na campanha.

Veículo: Blog do Thame	
Data: 06/10/2020	



Sua Nota já distribuiu 31,8 milhões entre as filantrópicas associadas



As 543 entidades filantrópicas ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já receberam um total de R\$ 31,8 milhões do Governo do Estado por meio da campanha Nota Premiada Bahia, coordenada pela Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba). Este valor inclui repasses relativos às sete etapas da fase atual do programa – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano -, e ainda à regularização de fases anteriores. Os recursos são divididos entre as entidades da área social e da área de saúde.

De acordo com a Sefaz-Ba, a Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no www.notapremiadabahia.ba.gov.br deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. Para isso, é preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Além da motivação de seguir apoiando as filantrópicas de sua preferência, os participantes concorrem a 90 prêmios mensais de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, e ainda a sorteios especiais de R\$ 1 milhão. Os sorteios da Nota Premiada Bahia tomam por base os resultados da Loteria Federal para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes premiados a cada mês. Mais de 569 mil cidadãos baianos estão cadastrados na campanha.

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, ressalta que é muito importante a participação da população na Nota Premiada Bahia, para que mais notas sejam doadas e mais recursos sejam destinados a essas instituições. “Agilizamos o processamento dos repasses para permitir que os recursos chegassem logo às entidades, que desenvolvem um papel importantíssimo para a sociedade baiana, ainda mais neste momento de emergência sanitária que amplifica as demandas sociais”, afirma.

Filantrópicas pedem apoio

A importância dos recursos é enfatizada pelas entidades participantes. “O Martagão Gesteira é resultado de um trabalho colaborativo. Não fazemos nada sozinhos. A Nota Premiada é uma campanha que precisa de todos. Muitas pessoas ainda podem se cadastrar e nos ajudar nesse momento de pandemia, no qual os custos têm aumentado. Para ajudar, é preciso incorporar o hábito de pedir para registrar o CPF na nota”, ressalta Carlos Emanuel Melo, presidente da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, entidade mantenedora do hospital Martagão Gesteira.

Situada no subúrbio de Salvador, no bairro de Tubarão, e responsável por atender cerca de 158 idosos, a Casa de Repouso de Idoso Bom Jesus é outra entidade que conta com o apoio da população. “Nesse momento de extrema dificuldade, apelamos a todos que continuem pedindo a nota fiscal com o CPF, ajudando, assim, a nossa entidade com os recursos que são repassados pelo Estado”, salienta a vice-presidente da instituição, Joseane Santana.

Outra entidade que conta com o apoio da população neste momento difícil é a Associação Beneficente Irmã Gertrudes – Fazenda Esperança, que atende a cerca de 40 idosos na cidade de Amargosa. “Gostaríamos de externar a nossa gratidão ao público que já se cadastrou na campanha Nota Premiada Bahia, optou pela Fazenda Esperança e informa seu CPF em cada compra realizada, enfatiza a coordenadora da instituição, Maria da Conceição Sales. “Com o valor do Sua Nota é um Show, garantimos o pagamento de funcionários, das contas de energia e de água e a compra de medicamentos e fraldas geriátricas e, por isso, neste período tão delicado para todos nós, contamos ainda mais com este apoio”.

A TARDE

Salvador: 2ª maior alta de alimentos

Os preços do conjunto de alimentos básicos, necessários para as refeições de uma pessoa adulta durante um mês, aumentaram nas 17 capitais brasileiras pesquisadas em setembro. As maiores altas foram observadas em Florianópolis (9,80%), Salvador (9,70%) e Aracaju (7,13%), de acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo Departamento Intersindical de Es-

tatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Segundo o estudo, com base na cesta mais cara (Florianópolis R\$ 582,40), o salário mínimo necessário para adquirir os produtos deveria ter sido de R\$ 4.892,75, o que corresponde a 4,68 vezes o mínimo vigente de R\$ 1.045. O preço do óleo de soja aumentou em todas as capitais. Em 16 estados houve aumento da carne bovina.

A TARDE

TURISMO A administração do empreendimento aposta em protocolos rígidos de segurança sanitária e em uma retomada gradativa dos serviços oferecidos

Hotel Fasano Salvador volta a operar amanhã

VITOR CASTRO

Fechado desde o final do mês de março por conta da pandemia do novo coronavírus, o Hotel Fasano Salvador irá retomar amanhã às suas atividades. A administração aposta em protocolos rígidos de segurança sanitária e em uma volta gradativa dos serviços para atrair hóspedes e potencializar a retomada econômica da atividade hoteleira na capital. No país, quatro hotéis do grupo já voltaram a funcionar no Rio de Janeiro, São Paulo e Angra dos Reis. As unidades de Salvador e Belo Horizonte são as últimas a retornarem.

Em funcionamento há quase dois anos, o Hotel Fasano Salvador, primeiro do Grupo Fasano no Nordeste, recebeu ontem jornalistas, colaboradores e personalidades para apresentar os protocolos adotados no enfrentamento à pandemia. A orquestra Rumpilezzinho se apresentou na escadaria e nas janelas do local em comemoração à retomada.

Além das já conhecidas estratégias como aferição de temperatura e uso de tapetes sanitizantes, e as sinalizações indicando o distan-

ciamento social, as bagagens dos hóspedes serão higienizadas na entrada e saída. O sócio diretor do Grupo, Constantino Bittencourt diz estar otimista com a retomada. "Acreditamos muito no potencial turístico, econômico e social da cidade de Salvador. Essa cidade recebeu o primeiro Fasano da região Nordeste, e nos acolheu de forma única – inexplícável. Estamos otimistas! É uma oportunidade para que as pessoas passem a olhar de novo o Brasil com outros olhos", disse.

Ainda de acordo com o diretor, estratégias vêm sendo traçadas para fomentar a retomada do turismo. "Foram

"Acreditamos muito no potencial turístico, econômico e social da cidade de Salvador"

CONSTANTINO BITTENCOURT,
diretor do Fasano

criados programas especiais de hospedagem para a reabertura do Hotel Fasano Salvador. Para hospedagens de três ou quatro noites, a última será cortesia. Já hospedagens de sete noites, as duas últimas serão cortesia", citou como uma das estratégias para atrair hóspedes.

Bittencourt ressaltou a relevância do selo SafeGuard, conseguido através da certificação da organização internacional Bureau Veritas, que dentre outras coisas, atua na certificação de normas técnicas e padrões de qualidade integrados às operações hoteleiras e gastronômicas. "São adotadas medidas específicas de prevenção da propagação do novo coronavírus, como marcações de piso para o distanciamento social seguro e procedimentos de higiene para equipes internas, além da limpeza e desinfecção do espaço físico compartilhado, por exemplo, entre uma série de outros protocolos presentes em nosso Manual de Experiência do

Hóspede", assegurou. Neste primeiro momento, uma das estratégias para reduzir o fluxo de pessoas no hotel foi a redução da ocupação dos quartos. Além dis-

so, os horários de check in e check out devem acontecer com um intervalo de 24 horas entre as reservas. O SPA também disponível para não hóspedes, volta a funcionar com capacidade reduzida e será necessário o agendamento prévio para o uso. Mesma estratégia adotada para as áreas de academias de ginástica do local.

Na ala gastronômica o restaurante Fasano, único do grupo fora de São Paulo, estará em funcionamento para o café da manhã. Para aqueles que optarem em degustar da alta gastronomia italiana, será necessário agendamento prévio, já que neste primeiro momento, o restaurante funcionará apenas de quarta-feira à domingo e através de reservas.

Presente no evento, o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH-Bahia) ressaltou a importância da reabertura para o setor. "É um equipamento importante para a cidade e neste momento de retomada que o turismo local está passando é um ânimo muito forte ver o hotel Fasano Salvador reabrir.", disse.

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA
HILCÉLIA FALCÃO

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

●● Apesar da pandemia, o segmento de chocolates especiais na Bahia vem crescendo com o apoio do governo. Empresas de agricultura familiar do sul do estado tiveram bom desempenho na crise

Rui Costa

Governador da Bahia

Surpresa pra todo lado

O resultado da primeira pesquisa Ibope/TV Bahia sobre a corrida eleitoral em Salvador foi recebida com surpresa pelos dois principais polos de poder no estado. No núcleo-duro de campanha do candidato do DEM a prefeito, Bruno Reis, a liderança folgada em relação aos demais candidatos já era esperada, mas o índice de 42% superou as expectativas mais otimistas. Segundo apurou a Satélite, estrategistas do democrata aguardavam índice máximo de 35% para Reis e um ligeiro crescimento dos seus três rivais melhor posicionados - Pastor Sargento Isidório (Avante), Major Denice Santiago e Olívia Santana (PCdoB). O que não acabou se confirmando, de acordo com os números do instituto.

GALOPE AO VENTO

Entre os cardais do DEM, o desempenho de Bruno Reis alimentou as estimativas de uma eventual vitória ainda no primeiro turno. Sobre tudo, por causa da propaganda eleitoral em rádio e TV, na qual o democrata terá sozinho a metade tempo, trunfo considerado fundamental em uma campanha com baixa atividade de rua.

Água gelada

No bloco do PT, o índice de Major Denice no Ibope, de apenas 6%, ficou bem abaixo dos prognósticos feitos pelo comando da campanha petista, que aguardava percentual igual ou superior a 10%. Em especial, diante da maior presença do governador Rui Costa ao lado de Denice. Reservadamente, aliados da major admitem que a falta de curva de crescimento, no comparativo com as demais pesquisas, levou desânimo no QG da petista.

Bolsa de apostas

Na corrida pelo estímulo financeiro entre dois partidos da chamada esquerda tradicional, o PCdoB leva vantagem sobre o PT. Enquanto os diretórios nacional e estadual do partido comunista repassaram quase R\$ 584 mil para ajudar Olívia Santana, Major Denice recebeu até agora da direção petista R\$ 450 mil.

Menos é mais

A diferença fica mais evidente quando se constata que o PT possui a maior fatia do fundo eleitoral com R\$ 201 milhões para investir em campanhas este ano, ao passo que o PCdoB está em 2º lugar, com R\$ 30,9 milhões, quase sete vezes menos.

Só que não...

Passou longe de uma operação da PF em Praia do Forte o movimento de supostos agentes à paisana e armados que foram vistos circulando pelo Vilejo no último fim de semana. Embora tenha deixado frequentadores e donos de casas aprensivos, a equipe era composta só por seguranças contratados para acompanhar a jornalista baiana Ticiano Villas Boas, esposa do empresário Joesley Batista, do Grupo JBS, durante sua estadia no balneário.

Deu tilt!

Partidos com maior expressão preveem perda de espaço na corrida pelas Câmaras de Vereadores do interior baiano. Atrapalhados com o fim das coligações, muitos erraram os cálculos para montar as chapas e abriram brecha para que legendas menores abocanhem vagas que pensavam ser deles.



MAX HAACK/SEM FMS

ACM Neto tem 85% de aprovação popular

Pesquisa Prefeito destaca a importância de 'chegar bem' na reta final do mandato

Donaldson Gomes
EDITOR
@donaldsongomes

O prefeito de Salvador ACM Neto (DEM) entrou na reta final de sua administração com uma gestão aprovada por 85% da população, de acordo com dados da pesquisa Ibope/TV Bahia divulgada na última segunda-feira. Outros 12% responderam que desaprovam a gestão municipal, enquanto 3% dos eleitores não souberam ou não quiseram opinar sobre o assunto, segundo o instituto.

A pesquisa Ibope/TV Bahia

tem uma margem de erro de quatro pontos percentuais para mais ou para menos. O levantamento foi realizado entre os dias 3 e 4 de outubro, presencialmente com 602 eleitores. O nível de confiança utilizado é de 95%. Isso quer dizer que há uma probabilidade de 95% de os resultados retratarem o atual mo-

🔴🔴 Você chegar ao finalzinho do mandato com 85% de aprovação, com 73% de ótimo e bom, realmente é um feito extraordinário e que não é meu ACM Neto

Prefeito de Salvador

mento. O levantamento foi registrado no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia sob o protocolo de número BA-03105/2020.

O perfil dos eleitores que mais aprovam a atual gestão é formado por mulheres (89%), pessoas na faixa etária entre 25 e 34 anos (90%) e entre os que possuem ensino superior (87%).

A pesquisa mostra ainda que o prefeito registra 73% de avaliação boa ou ótima. A administração municipal é apontada como regular por 19% dos entrevistados e tida como ruim ou péssima por outros 6%. Não souberam avaliar 1% dos entrevistados. Quando foram questionados em relação à maneira que se sentem em relação à vida que levam, a maior parte dos eleitores soteropolitanos responderam positivamente. Para 67% deles, a vida que levam os deixa satisfeitos ou muito satisfeitos.

"Eu só posso agradecer a população de Salvador, a confiança e o carinho. Você chegar ao finalzinho do mandato com 85% de aprovação, com 73% de ótimo e bom, realmente é um feito extraordinário e que não é meu", destacou ontem o prefeito.

Para ele, o resultado é uma consequência do trabalho de toda a sua equipe. Ele destacou que a principal mudança vivenciada na gestão municipal foi um movimento de aproximação em relação às pessoas. "Nos reconectamos o cidadão com a prefeitura", destaca o prefeito.

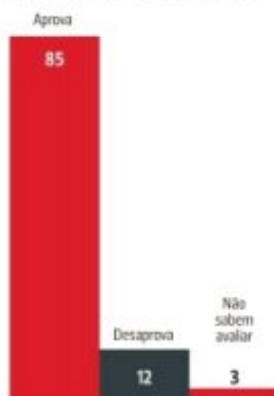
ACM Neto destacou a importância da sua equipe para alcançar o reconhecimento da população para a gestão



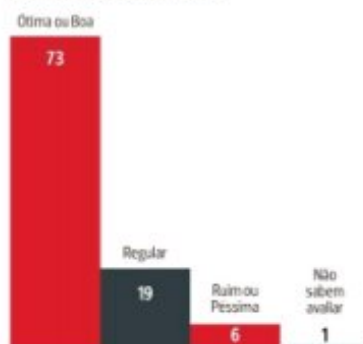
FOCO NOS GESTORES

Avaliação Pesquisa mostra, em porcentagem, como os eleitores de Salvador avaliam as gestões do prefeito ACM Neto (DEM), do governador da Bahia Rui Costa (PT) e do presidente da República Jair Bolsonaro (sem partido).

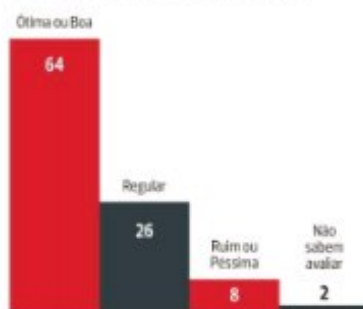
VOCÊ APROVA OU DESAPROVA A GESTÃO DO PREFEITO ACM NETO?



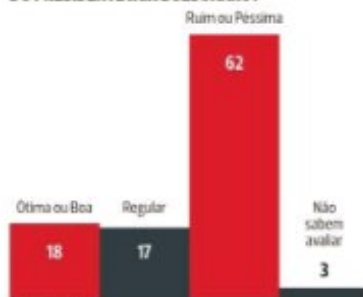
COMO VOCÊ AVALIA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL?



E A GESTÃO DO GOVERNADOR RUI COSTA?



COMO VOCÊ AVALIA A GESTÃO DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO?



Fonte: IBOPE/TV Bahia

Rui tem 64% de avaliação boa ou ótima

A maioria dos eleitores de Salvador consideram positiva a gestão do governador Rui Costa. Para 64% dos eleitores ouvidos pelo Ibope/TV Bahia, a gestão estadual foi avaliada como boa ou ótima. A percepção de que a gestão estadual é regu-

lar foi apontada por 26% dos eleitores, enquanto 8% deles apontaram a gestão estadual como ruim ou péssima. Os outros 2% dos eleitores não souberam avaliar.

Já o governo do presidente Jair Bolsonaro foi apontado como bom ou ótimo por 18%

dos soteropolitanos.

Outros 17% afirmaram considerar regular a gestão federal. Para 62% da população de Salvador, o governo do presidente Jair Bolsonaro é ruim ou péssimo, enquanto 3% da população não soube opinar.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 07/10/2020	Página:



NOVO PROGRAMA PARA PAGAR DÍVIDAS

ADESÃO A Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz) abriu o novo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI). A adesão pode ser feita no site ppi.salvador.ba.gov.br até o dia 30 de outubro. Para simplificar o processo, pela primeira vez serão incluídas as dívidas do exercício atual, contraídas até julho/2020, e correção de juros apenas pela taxa Selic, no caso de parcelamento entre 13 e 48 parcelas. Não estão incluídas multas de trânsito, multas contratuais, cobranças de corte de contas e ISS retido na fonte.

Veículo: Correio

Data: 07/10/2020

Caderno:

Página:

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Governo dá voltas e não sai do lugar

O governo adiou mais uma vez o anúncio do Renda Cidadã. Segundo o relator Márcio Bittar, ficará para a semana que vem, mas há quem diga que Bolsonaro prefere decidir somente após as eleições municipais, no fim de novembro. Sem dar uma solução para o financiamento do novo Bolsa Família, o clima continuará de volatilidade no mercado, com pressão sobre o câmbio e aumento dos juros da dívida. Nem o encontro de Paulo Guedes com Rodrigo Maia animou o mercado. A bolsa abriu em ligeira alta mas, nas palavras de um investidor, "ninguém acredita mais em historinhas". É preciso colocar os números na planilha e provar que não haverá estouro do teto de gastos.

Quem participou do jantar com Guedes e Maia na noite de segunda-feira disse que o clima no encontro foi de franqueza e de que "não havia tempo a perder" na agenda de reformas. Mas faltou combinar com o presidente Bolsonaro, que está mais preocupado com as eleições e não quer correr o risco de perder apoio ao cortar benefícios de outros programas sociais. Por ora, o auxílio emergencial é suficiente para garantir sua popularidade, especialmente no

Nordeste, até o dia da votação, e na visão de Bolsonaro a crise fiscal pode esperar.

No Congresso, as eleições para as presidências da Câmara e do Senado já afetam a agenda. Ontem, o centrão — com ajuda da oposição — conseguiu obstruir a pauta. Os deputados Rodrigo Maia e Arthur Lira brigam pelo comando da Comissão Mista de Orçamento (CMO), no que está sendo visto como uma disputa prévia da sucessão na Câmara, em fevereiro.

O fim do auxílio emergencial pode provocar uma disparada do desemprego na virada do ano e afetar duramente o consumo, que tem sustentado a economia. Assim como o mercado, empresários aguardam pela decisão do novo programa social para calibrar os planos de contratações e os investimentos. Sem conse-

guir tomar decisões e arbitrar conflitos, o governo vai empurrando os problemas com a barriga. Como sabem os liberais, um dia a conta sempre chega.

VOZ SEM COMANDO

Na entrevista coletiva após a reunião com Maia, Paulo Guedes voltou a falar por três vezes em Renda Brasil, o nome proibido por Bolsonaro. Vale lembrar o que disse o presidente no dia 15 de setembro: "Está proibido falar a palavra Renda Brasil. Vamos continuar com o Bolsa Família e ponto final."

DOIS TIPOS DE DESCULPAS

Também chamou atenção na entrevista a forma como Maia e Guedes pediram desculpas um ao outro. Enquanto o presidente da Câmara olhou nos olhos de Guedes e lamentou ter sido "in-

delicado e grosseiro", o ministro colocou tudo na condicional. "Caso eu tenha ofendido o presidente Rodrigo Maia, ou qualquer político, inadvertidamente, eu peço desculpas também, não há problemas", disse Guedes, quando Maia já tinha deixado o local.

TIRO NO PÉ

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, acha que Bolsonaro pode dar um tiro no pé ao deixar para depois das eleições a decisão sobre o novo programa social. Ele entende que isso pode ser visto como estelionato eleitoral se houver cortes em outros programas para financiar o Renda Cidadã. "A oposição pode colar a imagem nele de que fez mudança em política social só depois da eleição. Foi assim no plano cruzado em

1986, quando os governadores do PMDB ganharam, e o cruzado começou a desmontar em seguida. Pegou muito mal e foi o início do processo de desmonte do partido", lembrou. Sérgio também acha que o calendário ficará apertado em dezembro, pressionado pelas férias legislativas, em janeiro, a votação do Orçamento, e a proximidade das eleições para a presidência das duas Casas. "Pode ser que acabe tendo votação para postergar a decisão sobre o auxílio. Entra o ano que vem recebendo auxílio e depois tem decisão mais permanente sobre o Renda Cidadã", afirmou.

TRUMP DERRUBA AS BOLSAS

O risco Trump voltou a derrubar as bolsas. Após fala do presidente americano contra o pacote de estímulo do Partido Democrata, os principais índices mundiais foram ao vermelho e o dólar subiu. Os investidores que começaram o dia enxergando um céu de brigadeiro, após a saída do presidente do hospital, viram a volatilidade disparar depois do tuite do candidato republicano.

POR ALVARO GRIBEL, A COLUNISTA ESTÁ DE FÉRIAS

Financiamento ainda é motivo de atraso para o Renda Cidadã

PROGRAMA SOCIAL O Renda Cidadã - que vai substituir o Bolsa Família - teve sua data de apresentação adiada mais uma vez. Coube ao relator da PEC que criará o programa, senador Marcio Bittar (MDB-AC), dizer que "se Deus quiser" o projeto será apresentado na semana que vem. Foi o próprio Bittar que, na semana passada, declarou que o Renda Cidadã seria anunciado ontem.

O principal motivo do mais novo adiamento segue os mesmos, a dificuldade em se encontrar as fontes de financiamento sem comprometer a Lei do Teto de Gastos. O objetivo do governo é começar com o novo programa após o fim do pagamento do auxílio emergencial, pago durante a pandemia,

Preocupação é conseguir bancar o substituto do Bolsa Família e ao mesmo tempo obedecer o teto de gastos

garantindo alcance e valor maior que os do Bolsa Família. O valor total do Renda Brasil superaria o do programa petista em R\$ 40 bilhões.

A fator econômico se somou um de ordem política. Segundo interlocutores, o presidente Bolsonaro pretende esperar o fim das eleições municipais para poder anunciar medidas antipopulares. A sua estratégia é a de aproveitar a alta de popularidade conquistada pelo auxílio emergencial no Nordeste para ganhar prefeituras hoje comandadas pelo PT.

Provavelmente, o financiamento do novo programa vai depender mesmo de medidas com potencial negativo para a popularidade do presidente. Entre as novas possibilidades estudadas pelo governo e pelo Congresso para financiar o Renda Cidadã está de dificultar o acesso ao abono salarial - aumen-

tando o tempo de trabalho para poder sacar o recurso - , ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e ao próprio Bolsa Família. O abono salarial é uma espécie de 14º salário para trabalhadores que ganham até dois salários mínimos. O BPC é um auxílio pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. A ideia é abrir um espaço de até R\$ 45,4 bilhões no Orçamento para bancar o novo programa.

A mudança mais significativa, contudo, é a proposta que transfere a responsabilidade pelo pagamento do auxílio-doença ao empregador, que por sua vez abateria o valor da contribuição paga ao INSS. Hoje o pagamento é feito pelo INSS quando o período de afastamento é superior a 15 dias. A mudança, já cogitada no passado pelo Congresso, pode liberar R\$ 18,4 bilhões dentro do teto.

Bancos veem maior risco de crise fiscal

AUMENTO DA DÍVIDA O Brasil pode estar à beira de uma crise fiscal com a falta de ação do governo e do Congresso para responder ao risco representado pelo crescimento acelerado da dívida pública.

Essa avaliação começou a ser retratada mais fortemen-

te, nos últimos dias, por economistas e em relatórios de bancos nacionais e estrangeiros - que falam que uma crise envolvendo a capacidade do governo de se financiar entrou no radar.

A tensão no mercado aumentou com o impasse em torno do financiamento do

Renda Cidadã. O sinal vermelho acendeu com o racha no governo sobre a flexibilização do teto de gastos (regra que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação) para acomodar entre R\$ 20 bilhões e R\$ 35 bilhões em novas despesas.

INDICADORES

CÂMBIO

	Cotagem	Variação
Dólar Comercial	R\$ 5,594	R\$ 5,595
Dólar Turismo	R\$ 5,573	R\$ 5,577
Euro Turismo	R\$ 6,567	R\$ 6,562

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Bovespa	10.975,231	-0,49%

POUPANÇA

07/10/2020 0,709%

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.040,00

INFLAÇÃO

	Setembro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,8%	1,0%	2,6%
INPC/IBGE	0,8%	1,8%	2,6%
ISP-M/FGV	4,2%	16,8%	17,9%

POUPANÇA

1 TRILHÃO

de reais foi o saldo da caderneta de poupança no Brasil em setembro. O valor leva em conta a diferença entre depósitos e saques e a soma dos rendimentos. É a primeira vez que esse valor é atingido no país.

ECONOMIA

INFLAÇÃO PARA OS MAIS POBRES SOBE PARA 0,89%

CUSTO DE VIDA O Índice de Preços ao Consumidor - Classe I (IPC-CI), que mede a inflação para famílias brasileiras com renda até 2,5 salários mínimos, registrou inflação de 0,89% em setembro deste ano, taxa superior ao 0,55% observado em agosto. De acordo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o IPC-CI acumula taxas de inflação de 3,13% no ano e de 4,54% em 12 meses. As taxas de inflação do IPC-CI ficaram acima daquelas medidas pelo Índice de Preços ao Consumidor - Brasil (IPC-BR), 0,82% em setembro e de 3,62% em 12 meses.

DIA DAS CRIANÇAS VAI MOVIMENTAR R\$ 149,8 MI NA BAHIA

VAREJO O Dia das Crianças, uma das datas mais importantes do varejo, deve movimentar R\$ 6,2 bilhões neste ano. Segundo projeção da CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, entre os estados do Nordeste, a Bahia aparece em primeiro lugar no quadro de expectativa de distribuição do faturamento para a data, com R\$ 149,8 milhões, na frente do Ceará (R\$ 95 milhões) e Pernambuco (R\$ 84,5 milhões). Nacionalmente, a liderança é de São Paulo (movimento de até R\$ 1,77 bilhão).

FATURAMENTO DA INDÚSTRIA SUPERA O DO INÍCIO DO ANO

NÍVEL PRÉ-PANDEMIA O faturamento real da indústria da transformação ultrapassou o patamar pré-pandemia do início do ano, e a atividade industrial se manteve em crescimento em agosto. As informações são da pesquisa Indicadores Industriais, divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo o levantamento, o faturamento aumentou 2,3% na comparação com julho e 37,8% em relação a abril, mês auge da crise no setor provocada pela pandemia de covid-19.



Fim de programas como o auxílio emergencial também atrapalha

Alta do desemprego pode comprometer retomada, diz FGV

PREVISÃO A expectativa de piora no mercado de trabalho em diversos países, incluindo o Brasil, combinada com a redução de estímulos fiscais e dos programas de proteção ao emprego e de distribuição de renda, como o auxílio emergencial, são as maiores ameaças à recuperação da economia no próximo ano, período que ainda deverá ser afetado pela pandemia do novo coronavírus. Essa é a avaliação de economistas do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) da Fundação Getúlio Vargas.

Armando Castelar Pinheiro, coordenador de Economia Aplicada do Ibre/FGV, afirma que, ao longo de 2021, o mundo ainda deverá viver esse "novo não normal" de convivência

com o vírus. Pelo lado sanitário, não é certo que haverá vacina e, mesmo se houver, não é garantido que ela esteja disponível para todas as pessoas e que seja possível alcançar nesse prazo uma imunidade de rebanho.

Pelo lado econômico, apesar do aumento da mobilidade com o afrouxamento da quarentena, a atividade não se recuperou totalmente e nem de maneira uniforme entre todos os setores.

A retomada também será afetada pela necessidade de se conviver com algumas restrições diante de um número ainda alto de casos de contaminação. "Não acho que esse padrão vá mudar de forma significativa nesse novo não normal. Uma consequência é que o mercado de trabalho vai continuar retraído", afirma Castelar.

Silvia Matos, coordenadora técnica do Boletim Macro do Ibre, afirma que no Brasil o processo de recuperação depende muito do mercado de trabalho, uma questão ainda mais desafiadora em um país com alto nível de informalidade e de pessoas trabalhando nos segmentos de serviços mais afetados pela crise e que não dão sinais de que voltarão aos níveis pré-pandemia. O Ibre projeta uma taxa de desemprego passando dos cerca de 14% mais recentes para um pico de 16% em 2021.

Custo da cesta básica sobe em 17 capitais pesquisadas

ALIMENTAÇÃO Os preços do conjunto de alimentos básicos, necessários para as refeições de uma pessoa adulta durante um mês, aumentaram nas 17 capitais brasileiras pesquisadas em setembro. As maiores altas foram observadas em Florianópolis (9,80%), Salvador (9,70%) e Aracaju (7,13%), de acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Em São Paulo, capital econômica do Brasil, a cesta custou R\$ 563,35, com elevação de 4,33% na comparação com agosto. No ano, o preço do conjunto de alimentos subiu 11,22% e, em 12 meses, 18,89%.

Segundo o estudo, com base na cesta mais cara (Florianópolis R\$ 582,40), o salário mínimo necessário para adquirir os produtos deveria ter sido de R\$ 4.892,75, o que corresponde a 4,68 vezes o mínimo vigente de R\$ 1.045,00.

LEIA MAIS NA PÁGINA 19

PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAMBUPÉ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 422020 - O Pregoeiro Oficial do Município de Inhambupe tem base na Lei Federal nº 8.666/03, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal 548/2017 e Lei Complementar Nº 123/06 com as alterações promovidas pela Lei Complementar 541/2014, torna público que às 09:00h do dia 21/10/2020, na Secretaria Municipal de Educação do Município de Inhambupe, localizada na Praça Cônego Maximiano S/Nº (Antiga Fórum), Centro, Inhambupe - Bahia, receberá propostas de preços destinadas à Registro de Preços para o fornecimento de materiais de limpeza e de higiene pessoal, para atender necessidades das diversas Unidades Administrativas, para futuras contratações de acordo com a conveniência e necessidades das Secretarias Municipais do Município de Inhambupe. Menor Preço por Lote. O Edital estará disponível gratuitamente no site www.ihambupe.org.br/inhambupe. Mais informações poderão ser obtidas com a Comissão Permanente de Licitação, das 08:00h às 16:00h, pelo Fone (75) 3431-3470 ou pelo E-mail licitacao@ihambupe.org.br - Inhambupe, 06/10/2020. Localidade de Oliveira Rodrigues Faria - Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTEVÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 002020 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTEVÃO torna público que realizará procedimento licitatório, na modalidade Tomada de Preço nº 002/2020, baseado a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE PAVIMENTAÇÃO POR BLOCO INTERTRAVADO DE CONCRETO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS ESTACIONAMENTO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SANTO ESTEVÃO, com abertura de cartão presencial para o dia 20 de outubro de 2020, às 09:30 horas, no sede da Secretaria de Administração. Edital e informações disponíveis na sede Prefeitura, ou pelo e-mail santostevao@prefeitura.org.br ou Angéla Santa Mônica Mendes Presidente da CPL, Região dos Santos Cande/Petrolé.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIMA
CNPJ Nº: 18.434.292/0001-00
AVISO DE LICITAÇÕES - TOMADA DE PREÇOS TP-005-2020
A PREFEITURA DE APARECIMA - BA, torna público, que realizará no dia 22 de outubro de 2020, às 08:30 hs, Licitação Pública na Modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº TP-005-2020, pelo regime de Menor Preço Global que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DO RAMO PARA EXECUÇÃO INTEGRAL DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE RUAS DA SEDE E ZONA RURAL, CONSTRUÇÃO DE ESCADARIAS E CONTENÇÕES NA SEDE DESTES MUNICÍPIO, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA ANEXO, de acordo com o Edital e seus anexos. Informações pelo tel. (77) 731-3276-1281. Aparecima - BA, 19 de Outubro de 2020. Victor Otávio de Souza Laurencio Presidente da Copel.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELMONTE
CNPJ Nº: 13.634.877/0001-02
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020
O Pregoeiro do Município de Belmonte, torna público e dá ciência aos interessados que efetuou e seguirá com a publicação do Aviso de Licitação acima especificado, publicado em 01/10/2020 no Diário Oficial do Município e Diário Oficial da União. Edital e informações disponíveis no site: Pregão 009/2020. Belmonte, 06 de outubro de 2020.
Ulisses Marques de Souza - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ CABRÁLIA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2020 - Objeto: Aquisição de ambulâncias para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Santa Cruz Cabralia - BA. Data de abertura: 20/10/2020, às 08:00h. Os interessados encontram-se à disposição no prédio localizado na Av. Cristal, s/nº, Mirante da Coroa, onde os interessados poderão fazer a leitura do Edital e também obtê-lo por meio digital, fornecendo dispositivo de armazenamento (pen drive), ou ainda, através do endereço eletrônico: licitacao@pmsc.org.br. Santa Cruz Cabralia - BA, 06/10/2020. Agnello Silva Santos Junior - Prefeito Municipal.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2020 - SRP (REEXPECIÇÃO) - Objeto: Registro de Preços para a possível contratação de empresa para fornecimento parcelado de pneus para atender a frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Santa Cruz Cabralia - BA. Data de abertura: 20/10/2020, às 10:00h. Os interessados encontram-se à disposição no prédio localizado na Av. Cristal, s/nº, Mirante da Coroa, onde os interessados poderão fazer a leitura do Edital e também obtê-lo por meio digital, fornecendo dispositivo de armazenamento (pen drive), ou ainda, através do endereço eletrônico: licitacao@pmsc.org.br. Santa Cruz Cabralia - BA, 06/10/2020. Agnello Silva Santos Junior - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIGOSA
CNPJ Nº: 13.761.531/0001-49
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2020
A Prefeitura do Município de Nova Voposa/BA realizará no dia 20/10/2020, às 09h, licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA/SRP do tipo menor preço por lote, com objeto contratação de empresa especializada para futura e eventual para fornecimento de Medicinas Facial em Tóxico para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde. O Edital e seus anexos estão disponibilizados no site <https://www.novavoposa.ba.gov.br/licitações> e www.comprasgovernamentais.gov.br UASG 803761. Nova Voposa, 07 de outubro de 2020.
Thaiana Nascimento Antonio- Pregoeira.

COMUNICADO OI AOS CLIENTES
A Oi (Telefonos Norte Leste S/A) em recuperação judicial, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Condição - STFC - modalidade local, no Regio 1, exceto setor 3 do Plano Geral de Outrugas - POC, comunica ao público em geral as novas valores máximos homologados do Plano Alternativo de Serviço (PA) e vigência dos novos valores será a partir do dia 07 de novembro de 2020.
(- Valores promocionais)
Valores de chamadas destinadas ao recebidas e cobrar de acesso fixos.
Valores em Reais, sem tributos incidentes.
PA 174 (NOVO FALE FRANQUIA 18 300 MINUTOS, NOVO FALE FRANQUIA 1 200 MINUTOS, NOVO FALE FRANQUIA 4 800 MINUTOS, NOVO FALE FRANQUIA 8 800 MINUTOS, NOVO FALE FRANQUIA 60 MINUTOS)

Veículo: Correio

Caderno:

Data: 07/10/2020

Página:

Correio



ELIO
GASPARI

oglobo.globo.com/brasil/elio-gaspari/

UMA TESOURADA NOS SUPERSALÁRIOS

A boa notícia foi trazida pela repórter Geraldina Doca: a equipe econômica quer criar recursos para financiar o programa de amparo social impondo um teto salarial para os servidores públicos: R\$ 39,2 mil mensais e nem um tostão acima disso. A medida resultaria numa economia de pelo menos R\$ 10 bilhões anuais para a bolsa da Viúva. Se essa ideia for em frente, Jair Bolsonaro poderá custear uma parte de seu projeto. Hoje o programa Bolsa Família protege 13,5 milhões de famílias e custa R\$ 29,5 bilhões anuais.

O governo é obrigado a respeitar um teto de gastos. No entanto há um teto salarial para os servidores, e ele tem mais buracos do que queijo suíço. Entre setembro de 2017 e abril deste ano, 8.226 magistrados receberam pelo menos um contracheque com valor superior a R\$ 100 mil. Em 565 ocasiões, 507 afortunados faturaram mais de R\$ 200 mil. Há universidades onde professores sacam salários de R\$ 60 mil. Dois ministros de Bolsonaro conseguiram mais de R\$ 50 mil mensais.

Ninguém faz coisa ilegal. O reforço tem nomes bonitos: auxílio-moradia, tempo de serviço ou participação num conselho. A ideia do teto salarial está há tempo no Congresso, mas não anda.

O andar de cima de Pindorama tem suas astúcias. O teto real seria ilegal, porque fere direitos adquiridos. É o jogo trapaceado. Os direitos do andar de cima são adquiridos, os do andar de baixo são flexíveis.

Em 1851, Joaquim Breves, dono de grande escravaria e contrabandista de negros, dizia que a repressão ao tráfico ameaçava "a vida e fortuna de numerosos cidadãos, assim como a paz e a tranquilidade do Império". Para felicidade geral da nação, a 13 de maio de 1888 atentou-se contra a propriedade privada, e aboliu-se a escravidão.

O andar de cima é esperto. Em 1831 o Brasil assinou um tratado com a Inglaterra pelo qual todos os escravizados que chegassem a Pindorama seriam negros livres. Depois do tratado, entraram perto de 800 mil negros escravizados, e até 1850 só oito mil foram resgatados. Desde 1818, a lei determinava que eles prestassem serviços à Coroa por 14 anos. Em 1835 criou-se um sistema de concessão, ancestral das Parcerias Público-Privadas. O magano ia à Coroa, pedia um negro e pagava uma anuidade equivalente ao que o escravizado lhe trazia trabalhando por um mês. Enquanto a PPP durou, foi um negócio da China. Os dois maiores políticos do Império, o Marquês do Paraná e o Duque de Caxias, conseguiram 21 e 22 cada um. Os dois principais jornalistas da época, Firmino Rodrigues Silva e Justiniano José da Rocha, também foram concessionários. A eles se juntaram barões, marqueses, juizes, médicos (inclusive o presidente da Academia Imperial) e parentes da governanta de D. Pedro II. Um desembargador ganhou 14 negros.

Se um fazendeiro do Vale do Paraíba comprasse um escravizado trazido por contrabandistas, comprava um risco. Se um "africano livre" da turma da PPP morresse, bastava pedir outro. Assim cevou-se a elite da Corte. Nela, poucos personagens de Machado de Assis trabalham.

O governo é obrigado a respeitar um teto de gastos. No entanto há um teto salarial para os servidores, e ele tem mais buracos do que queijo suíço

SERVIÇO: TODAS AS INFORMAÇÕES REFERENTES AOS ESCRAVIZADOS ESTÃO NO MAGNÍFICO LIVRO "AFRICANOS LIVRES", DA PROFESSORA BEATRIZ GALLOTTI MANGONIAN, E EM SUA TESE DE DOUTORADO "TO BE A LIBERATED AFRICAN IN BRAZIL", QUE ESTÁ NA REDE.

Elio Gaspari é jornalista e escreve às segundas e quartas-feiras

Mais*

Gabriel Moura* e Marina Hortelão*

REPORTAGEM

Ainda não há remédio nem vacina para covid-19. Muita gente que ficou em isolamento social nos últimos sete meses está querendo quebrar essa rotina, mas mantendo a segurança. Por isso, acabam optando por viagens curtas. É justamente esse desejo coletivo pelo diferente que faz o setor de turismo ensaiar uma retomada.

O cenário ainda está longe do ideal, mas o feriadão desse 12 de outubro, Dia da Nossa Senhora Aparecida, deve ser o melhor desde março, quando a pandemia atingiu o Brasil. Em Salvador, a taxa de ocupação dos hotéis deve ficar entre 30 e 35%, informa Roberto Duran, presidente da Salvador Destination. A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Bahia (ABIH-BA) espera que o índice fique acima de 50% para os hotéis abertos em Salvador.

A Federação Baiana de Hospedagem e Alimentação (Febha) é mais otimista. Segundo o presidente da entidade, Sílvio Pessoa, a taxa de ocupação na capital deve ficar na faixa dos 60%. Já outras localidades turísticas, como Porto Seguro, Morro de São Paulo e Litoral Norte, devem registrar entre 70% e 80%. A ocupação dos hotéis de Salvador, porém, não deve se aproximar do registrado no mesmo período de 2019, quando a taxa estava na casa dos 80%, segundo a Febha.

CASA COM PISCINA

Na capital baiana a recuperação é lenta, ao contrário de outros destinos na Bahia que estão tendo índices melhores, como Porto Seguro, Itacaré, Morro de São Paulo e, principalmente, os destinos do Litoral Norte. "Esses locais estão com alta procura principalmente de pessoas saindo de Salvador, que querem entrar num carro com a família, mesmo que seja só para alugar uma casa e curtir uma piscina", explica Luis Leão, presidente do Sindicato das Empresas de Turismo da Bahia (Sindetur).

O fato dos destinos de sol e praia, como Porto Seguro e Itacaré, estarem abertos há mais tempo impacta na escolha do local para passar o feriadão, aponta o Secretário de Turismo da Bahia, Fausto Franco: "As pessoas se sentem mais seguras para ir". Ele ressalta que o movimento ainda é tímido, mas demonstra o processo de retomada.

Um dos fatores para otimismo, apontado pelo presidente da Febha, é a liberação do transporte intermunicipal.

O Tivoli Ecoresort, em Praia do Forte, está com todos os leitos reservados para o feriado



Feriadão com gosto de retomada

Turismo Litoral Norte, Porto Seguro e Morro estão entre os destinos mais procurados para o 12 de outubro



Carolina Abud, do Palladium Hotel, diz que seus visitantes vêm da Bahia e de Sergipe

pal. Pesa contra Salvador também as medidas de restrição presentes na cidade. "Com praias e museus fechados, o número de atrativos diminui", pondera Roberto Duran. Apesar da reabertura de mais destinos desde o 7 de setembro, muitos ainda trabalham com restrições. "Deve-se viajar com cautela. Ainda estamos em uma pandemia", ressalta o secretário Fausto Franco.

NOVOS DESTINOS

A lista de destinos preferidos

OS MAIS PROCURADOS

- Litoral Norte
- Porto Seguro
- Morro de São Paulo
- Itacaré
- Imbassai
- Diogo
- Costa do Sauípe
- Praia do Forte
- Cairu (incluindo Morro de São Paulo e Boipeba)
- Maratá
- Lençóis
- Mucugê
- Lauro de Freitas
- Camamu
- Prado
- Caravelas

Carolina Abud, os principais visitantes são da Bahia e de Sergipe. O Tivoli Ecoresort Praia do Forte registra o melhor feriadão desde o início da retomada, com a maior parte dos hóspedes de fora do estado, sobretudo de São Paulo. O hotel do Litoral Norte trabalha com 60% da capacidade total de leitos e todos estão reservados.

O presidente da ABIH-BA indica ainda que as reservas têm sido feitas mais em cima da hora. Antes da pandemia, em um feriado como esse, os leitos estariam comercializados 20 dias antes da data. Agora, Lopes acredita que até sexta-feira ainda devem receber novas reservas.

* COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERILA RIBEIRO

FERNANDO MAZZUCO/DIVULGAÇÃO

Marcela Vilar
REPORTAGEM
marcela.vilar@redetbahia.com.br

O hotel Fasano, no Centro Histórico de Salvador, reabrirá as portas para os hóspedes amanhã (8/10), após quase sete meses fechado por conta da pandemia do novo coronavírus. Inaugurado em dezembro de 2019, o estabelecimento passou mais tempo fechado do que aberto. Mas a retomada traz boas notícias: o estabelecimento está com lista de espera para o feriado de 12 de outubro (segunda). Nesse primeiro momento, quando a capacidade está limitada, a unidade vai abrir 49 dos 70 apartamentos. O número de leitos aumentará gradativamente nos próximos meses.

O CORREIO visitou o hotel ontem (6) para observar como foram implantados os protocolos sanitários, que seguem as recomendações do selo internacional Safe Guard, do grupo Bureau Veritas, do qual o Fasano de Salvador foi o primeiro no Nordeste a ser certificado.

Para entrar no prédio, os hóspedes passarão por dois tapetes sanitizantes - um antibactericida e outro secante - teste de temperatura e higienização das mãos com álcool 70%. As bagagens passarão por desinfecção enquanto se faz o check-in. Depois de assinar os documentos necessários, a caneta usada também é desinfetada a cada uso.

O café da manhã continuará por serviço de buffet, mas não mais como self-service, e sim com um funcionário atendendo os clientes. O jantar é à la carte e, tanto como o café, está aberto para quem não é hóspede. O único serviço que não está disponível por enquanto é o almoço.

A área da piscina terá espaçamento entre as cadeiras, o restaurante funciona com 60% da capacidade, a academia é por hora marcada e o elevador só pode ser usado por uma família por vez, para respeitar o distanciamento mínimo de 1,5 metro entre as pessoas.

TREINAMENTO

Após 10 dias de treinamento intenso para se adaptar aos protocolos, os 160 funcionários voltarão aos postos de trabalho a todo vapor.

De acordo com a gerente geral da unidade, Leticia Alcazar, ninguém precisou ser demitido por conta da pandemia, apesar de as cargas horárias terem sido reduzidas em acordos permitidos pela MP 936, do governo federal.

Para fazer a manutenção do prédio, mesmo fechado, foi utilizada uma mão de obra cormada entre 20 e 30 pessoas. O custo ficou em torno de R\$ 500 mil por mês. Só com a adaptação para as medidas de higiene, foram gastos R\$ 200 a 300 mil.

Essa reabertura é corajosa. Foi um tempo difícil, todos os trabalhadores do Fasano sofreram, mas esperamos que pelo menos na metade do ano que vem conseguiremos entrar em uma dinâmica normal

Ruben Escartin
sócio investidor do Fasano



Equipe do empreendimento passou por treinamento para se adaptar às novas exigências de higiene

Fasano retorna à ativa com lotação esgotada

Turismo
Hotel no Centro Histórico vai reabrir com certificação internacional de segurança

O faturamento do hotel, que foi em torno de R\$ 1,5 milhão por mês no verão passado, foi reduzido a zero nesses meses pandêmicos.

O sócio investidor do Fasano, Ruben Escartin, da Prima Empreendimentos, acredita que não recuperará o tempo perdido, mas está otimista para os próximos meses. "Essa reabertura é corajosa. Foi um tempo difícil, todos os trabalhadores do Fasano sofreram, mas esperamos que pelo menos na metade do ano que vem conseguiremos entrar em uma dinâmica normal", afirmou.

O investimento para a restauração do imóvel, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi de R\$ 105 milhões. "É uma aposta para o futuro e tínhamos que nos po-

sicionar no mercado imobiliário e hoteleiro no Centro Histórico", completou Escartin

PROMOÇÕES

O preço da diária - em torno de R\$ 1.200 com café da manhã incluso - permaneceu o mesmo dos meses anteriores ao do fechamento.

Mas, para atrair clientes, o Fasano apostou em promoções para quem se hospedar por mais de dois dias.

A maioria dos hóspedes que fizeram reservas é de São Paulo, mas o balano tem descontos especiais, através do Programa Sabores da Bahia: hospedagem de 2 noites, a segunda diária sai pela metade e ainda tem direito a um jantar assinado pela chef Tereza Paim.

COM ORIENTAÇÃO DA SUBEDITORA
FERNANDA VARELA

Fera Palace reabre em dezembro

Outro hotel emblemático do novo Centro Histórico de Salvador, o Fera Palace, vai reabrir as portas em 1º de dezembro. E assim como o Fasano, vai apostar em promoções para atrair a clientela.

Para o período do Natal e Réveillon: na reserva de três noites, a quarta é gratuita; além de poder fazer o check-in mais cedo e o check-out mais tarde e upgrade de quarto, se disponível.

Os benefícios só valem para reservas feitas pelo site: <https://ferapalacehotel.com.br/>.

Os protocolos sanitários seguidos pelo estabelecimento serão de acordo com as orientações do Ministério da Saúde, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

PROTOCOLO ADOTADO PELO FASANO

uso obrigatório de máscaras na áreas comuns

teste de temperatura e higienização com álcool 70% ao entrar no hotel

Tapetes sanitizantes na entrada do hotel e no restaurante

Bagagem passa por desinfecção na hora do check-in

Canetas são desinfetadas após o uso

Capacidade de 60% no restaurante

No elevador só é permitido entrar uma família por vez

academia e spa somente com hora marcada

café da manhã por buffet, mas com funcionário servindo os clientes

Quarentena de quarto intervalo de 24h a cada hóspede

Leitos limitados apenas 49 dos 70 apartamentos estarão disponíveis neste primeiro momento.



Cortes mais nobres são os mais caros, mas até as carnes salgadas tiveram aumento, dizem consumidores

Até a carne de primeira ficou dura de comer

Produto registra um aumento de 26,5% e chega a custar R\$ 50 em Salvador

VARIÇÃO EM 12 PRODUTOS DA CESTA BÁSICA:

Produto	Percentual
Tomate	85,2%
Óleo de Soja	60,5%
Arroz	42,7%
Banana	30,9%
Carne Bovina	26,5%
Leite Líquido	21,2%
Feijão	17%
Alçócar	15,6%
Pão	14,6%
Farinha de Mandioca	5,2%
Manteiga	0,6%
Café	Redução de 3,7%

Daniel Aloisio*

REPORTAGEM

daniel.santos@preelebahia.com.br

Com R\$ 50 você pode comprar cerca de quatro quilos de peito de frango, cinco placas de ovos, três quilos de corvina ou um só quilo de carne de primeira. Sim, a carne vermelha virou artigo de luxo. Cortes como alcatra, contrafilé e patinho, que no ano passado costumavam ser vendidos por R\$ 24, agora chegam a custar, em média, R\$ 33. Em alguns mercados de Salvador, um quilo do alimento pode sair por R\$ 50, como indicado no aplicativo Preço da Hora Bahia.

"Esse valor médio de R\$ 33 é relativo a setembro de 2020. Ainda não temos os dados de outubro e pode ser sim que tenha ocorrido um aumento", explica Nadia Souza, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). A instituição pesquisa o preço dos alimentos que compõem a cesta básica em algumas capitais brasileiras e constatou que, em Salvador, do início de 2020 até setembro, a carne vermelha teve um aumento de 26,5%.

Na manhã de ontem, o CORREIO esteve em alguns frigoríficos da cidade e apurou, com os consumidores, o preço alto. Na Boca do Rio, o

DICAS PARA ECONOMIZAR NO SUPERMERCADO:

- **Planejamento** Planeje bem o que comprar de acordo com os seus hábitos e também com o espaço que tem em casa. Não adianta fazer compra gigante se não vai ter onde colocar. Não compre além, nem estoque coisas, para evitar desperdício;
- **Lista** Anote o que vai precisar comprar e programe um cardápio das refeições para adquirir o necessário. Evite ir ao supermercado com a lista de compras apenas na memória, na base do "sei de tudo que estou precisando";
- **Versatilidade** Dê preferência aos alimentos e congeláveis (não congelados ou processados), ou seja, que rendem preparos e pratos diferentes. Quanto mais versátil for o alimento mais preparo ele rende e menor os gastos;
- **Teste** Experimente novas marcas, principalmente se elas estiverem mais baratas. A estratégia também ajuda na hora de reduzir o peso do mercado no orçamento doméstico;
- **Tuques** Fique atento ao marketing e redobre a atenção diante das estratégias que os supermercados usam para que o consumidor compre mais, como cercar produtos básicos de outros complementares, dispor nas prateleiras os produtos mais caros no campo de visão do consumidor e aos apelos no corredor até o caixa, sempre abastecido de itens que, geralmente, são comprados por impulso, como guloseimas.

DOIS APPS QUE AJUDAM A COMPARAR OS PREÇOS ANTES DE IR ÀS COMPRAS

Preço da Hora Bahia Disponível para Android e iOS. O aplicativo reúne dados de milhares de preços extraídos das notas fiscais eletrônicas do estado da Bahia, disponibilizando as melhores ofertas. É um aplicativo do Governo do Estado.

Menor Preço Brasil Disponível para Android e iOS. É um aplicativo da Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul, mas que está presente na Bahia graças a um convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). O programa funciona da mesma maneira que o anterior, disponibilizando o valor por meio das notas fiscais emitidas.

27,4%

foi a variação da cesta básica em Salvador, de janeiro a setembro, diz o Dieese

quilo da carne de primeira estava a R\$ 40. No bairro vizinho, o Imbuí, o preço era R\$ 42. "Eu costumava comprar carne de primeira, mais aumentou muito. Até a carne de segunda aumentou! Por isso, tô preferindo o peixe, soja, frango... O problema é que o frango enjoa, mas temos que aguentar, pois é mais barato", disse a dona de casa Zenilde Abreu Brito, 60 anos.

Em frente ao frigorífico onde Zenilde fazia compras, dois ambulantes vendiam pescados. "Nosso faturamento aumentou, pois muita gente percebe o preço alto da carne vermelha e dá preferência ao peixe. Aqui a guaricema está R\$ 10, a corvina R\$ 15 e o camarão R\$ 25", disse um dos vendedores.

ÓLEO DE SOJA

Além da carne vermelha, a aposentada Zuleica Leite, 70, destacou o aumento no preço de outros produtos. "Tá um absurdo! O óleo está muito caro. Eu fui um dia desses no mercado e comprei um litro por mais de R\$ 7. Normalmente era R\$ 4. Aumentaram todas as carnes de segunda, o arroz, o leite", disse.

Já a consumidora Ana Cleide, 25 anos, que estava no Atakarejo da Boca do Rio, até pensou em levar óleo, mas desistiu quando viu o preço. "Costumo levar o de soja, mas com esse preço não dá. Para substituir, vou usar o azeite de oliva. É estranho, pois era um produto menos usado antes", disse.

Segundo a economista do Dieese, de agosto para setembro, o aumento no preço do óleo de soja foi de 30,11%. Se comparado a janeiro de 2020, esse salto é de 60,5%. No Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de agosto, o óleo de soja foi o produto que mais aumentou de preço, com alta de 8,32% em agosto, e 20,8% de variação acumulada do ano.

O que explica esses números, tanto para o óleo como para a carne vermelha, são fatores externos. "O dólar está muito caro, o que significa que nossa moeda está desvalorizada e, assim, nosso produto fica mais barato lá fora. Atualmente, temos exportação muito, pois o mercado internacional está reaquecendo. A demanda por exportação está alta, pois é barato comprar do Brasil. Por isso, os produtores preferem vender para o exterior do que no mercado interno", disse a economista do Dieese.

No total, a cesta básica do soteropolitano teve um aumento de 27,4%, se comparado o mês de setembro com o de janeiro de 2020. Além do óleo de soja e da carne bovina, o tomate foi o grande responsável por esse preço. "É uma fruta perecível, um produto de durabilidade baixa. Então, seu preço flutua muito e é dependente da safra", explicou Nadia.

*COM A ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.

Eleitorado considera Saúde e Educação como principais problemas

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

O eleitorado de Salvador, que vai às urnas em 15 de novembro, considera a Saúde e a Educação como os principais problemas hoje da capital baiana. Segundo levantamento do Ibope, 70% dos entrevistados apontaram a Saúde como a maior preocupação. O motivo principal deve ser a pandemia de coronavírus, que soteropolitanos enfrentam desde março deste ano. Com mais de 2,7 mil mortes provocadas pela doença, a cidade lidera no estado o número de óbitos da Covid-19, conforme os dados da Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab).

A segunda preocupação

dos soteropolitanos é com a Educação. Para 46% dos entrevistados, este é o principal problema. A pandemia também afetou a área. As aulas estão suspensas na cidade desde o início da crise sanitária. Ontem, o prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), disse que não há prazo para o retorno. "Nós temos tomado decisões técnicas. Às vezes, em um determinado momento, você também precisa pegar o pulso das pessoas. Foi por isso que fizemos uma pesquisa interna para saber a opinião majoritária e predominante do soteropolitano em relação à Educação e, também, as praias. Eu fiquei seguro porque as decisões que a gente vem tomando estão harmonizadas com o pensamento da maioria da população. Posso te assegurar que a grande

maioria não quer o retorno das aulas porque não sente segurança para isso", declarou o democrata, em entrevista à imprensa.

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), também disse que não há previsão de retorno das aulas. "Nós conversamos sobre o protocolo de retorno e continuamos com a ideia de dividir as salas em duas. Estamos acompanhando os números para entender como se pode voltar e não temos um diagnóstico muito claro de como está a doença, para gente saber como voltar para as aulas. O número de mortes cria uma sensação de que a doença ainda está forte. Não dá para tomar decisão burocrática. Precisa reduzir os números ainda", declarou o petista nesta semana.

A segurança pública aparece em terceiro lugar no



O ELEITORADO de Salvador, que vai às urnas em 15 de novembro, considera a Saúde e a Educação como os principais problemas hoje da capital baiana

ranking de preocupação, com 44%. Em seguida, estão a geração de empregos (24%), corrupção (11%), rede de esgoto (9%), trânsito (8%) e impostos e taxas (8%). Também estão na lista de problemas: limpeza pública (7%), calçamento de ruas e avenidas (6%), habitação (4%), assistência social (3%), iluminação pública (3%), abastecimento de água (3%), meio ambiente

(3%), administração pública (1%), atividades esportivas (1%), atividades culturais (1%) e opções de lazer (1%). Segundo a pesquisa, 1% não respondeu ou não sabia.

As pessoas que responderam à pesquisa podiam apontar mais de um problema, por isso a soma dos fatores apontados é de mais de 100%. A pesquisa foi encomendada pela TV Bahia.

A margem de erro é 4% para mais ou para menos. Foram entrevistados 602 eleitores da cidade de Salvador, entre os dias 3 e 4 de outubro. O nível de confiança utilizado é de 95%. Isso quer dizer que há uma probabilidade de 95% de os resultados retratarem o atual momento eleitoral, considerando a margem de erro. O número de identificação na Justiça Eleitoral: BA-03105/2020.

REPERCUSSÃO

Bruno Reis e aliados avaliam que pesquisa é "reconhecimento"



O CANDIDATO do Democratas a prefeito de Salvador, Bruno Reis, comentou a pesquisa Ibope, divulgada pela TV Bahia

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O candidato do Democratas a prefeito de Salvador, Bruno Reis, comentou a pesquisa Ibope, divulgada pela TV Bahia, e afirmou que o resultado reflete o reconhecimento das pessoas neste início de campanha. Pelo levantamento, o democrata aparece na liderança com 42% das intenções de voto. "Como sempre digo, pesquisa reflete um momento. Acredito que o resultado do Ibope traduz o início de uma campanha limpa e propositiva, em que nós começamos a apresentar nossas ideias e reforçar o nosso compromisso em assegurar as transformações feitas em Salvador pela gestão do prefeito ACM Neto", afirmou. "É um reconhecimento das pessoas ao nosso trabalho e também ao que nós

representamos: o avanço de uma gestão que faz história em Salvador. O resultado já mostra que as pessoas estão ouvindo a nossa mensagem e reconhecendo que nós temos as melhores propostas para que Salvador continue avançando em todas as áreas e, principalmente, cuidando de quem mais precisa", complementou.

O deputado federal Paulo Azi, presidente do Democratas na Bahia, também afirmou que o resultado da pesquisa do Ibope para a corrida ao Palácio Thomé de Souza é resultado do reconhecimento da população soteropolitana ao trabalho do prefeito ACM Neto. "Ao longo desses oito anos, ACM Neto e Bruno Reis trabalharam muito pela população de Salvador. O resultado é o reconhecimento disso e de que a cidade não pode parar", afirmou o depu-

tado federal.

Apesar do expressivo resultado obtido na primeira semana de campanha, Azi descarta o discurso de que a eleição para a Prefeitura de Salvador já está ganhando pelo candidato democrata. "Não existe aqui quem já ganhou, nem sapato alto, a pesquisa apenas nos incentiva a trabalhar ainda mais para conquistar uma grande vitória", declarou Paulo Azi.

O deputado disse ainda que este resultado já na primeira semana de campanha é um recado da população. "Estamos apenas na primeira semana de campanha e as pessoas já mostram que estão ouvindo a mensagem passada por Bruno, de defesa do legado histórico de ACM Neto e apontando para uma Salvador do futuro, mais justa e com mais desenvolvimento". "Acredito, inclusive, que

Bruno deve crescer ainda mais à medida que a campanha vá ganhando corpo, pois há muito ainda o que ser falado, tanto sobre as conquistas de ACM Neto, quanto sobre as propostas de Bruno que é, sem dúvidas, o candidato com a melhor plataforma de governo. Isso porque ele conhece profundamente a cidade e se preparou para esse momento", complementa.

O deputado federal João Roma (Republicanos) exaltou o resultado. "Bruno está em ritmo de crescimento e tende a crescer mais, pois a campanha está apenas no início e ele tem ainda muito a mostrar, seja o legado de ACM Neto ou as suas propostas. Ainda teremos o início da propaganda no rádio e na TV, quando ele poderá mostrar ainda mais das suas ideias para fazer Salvador seguir avançando", avaliou, em nota.

Petistas minimizam liderança de democrata em levantamento

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

Os petistas, entre eles, o governador da Bahia, Rui Costa, minimizaram ontem a pesquisa Ibope que aponta a liderança de Bruno Reis (DEM) na disputa pela prefeitura de Salvador. Segundo o levantamento, o democrata tem hoje 42% das intenções de votos. Ao desconsiderar os votos brancos e nulos, ele teria 56% do total e venceria no primeiro turno a competição eleitoral.

"Todos conhecem a minha posição sobre pesquisa. Eu gosto tanto de vencer eleição quanto vencer os institutos de pesquisa, que comigo sempre erraram. Na Bahia, o Ibope em particular, tem uma tradição de errar muito. Se ele errava quando fazia pesquisa presencial, imagina agora por telefone. É uma amostra muito menor do que eles sempre fizeram, com 600 questioná-

rios (...) Eu, se já não acredito em pesquisa, muito menos feita por telefone, que a pessoa não sabe quem está do outro lado respondendo", declarou Rui Costa, em entrevista à imprensa.

A base do governador tem cinco candidatos, que aparecem assim na pesquisa: Pastor Sargento Isidório (Avante), com 10%, Major Denice (PT) e Olívia Santana (PCdoB) estão com 6%, cada uma. O candidato do Podemos, Bacerlar, tem 5%. Celso Cotrim (PROS) não pontuou.

Candidatos independentes, Cezar Leite (PRTB) aparece com 3%, Hilton Coelho (PSOL) tem 2%, e Rodrigo Pereira (PCO) apareceu com 1% das intenções de votos. O instituto ouviu 602 eleitores da capital baiana entre os dias 3 e 4 de outubro. O nível de confiança estimado é de 95% e a margem de erro é de quatro pontos percentuais para

mais ou para menos. A consulta está registrada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) sob o número BA-03105/2020. Foi a primeira pesquisa após o debate da TV Bandeirantes, que aconteceu na última quinta-feira.

Rui tem dito que acredita em segundo turno na eleição. "A campanha está ótima, começando agora. (...) As coisas vão aquecendo e melhorando. Não tenho dúvida que vamos para o segundo turno e ganhar a eleição", afirmou no final de semana.

Em nota, o presidente do PT de Salvador, Ademário Costa, também minimizou a pesquisa. "O PT tem um histórico de vitórias que contraria pesquisas. Desde a década de 80, o PT vence eleições municipais e estaduais no primeiro turno, como a vitória de Luiza Erundina para prefeita de São Paulo em 1988, e com a vitória de Jaques Wagner em 2006 e de Rui Costa em



O GOVERNADOR Rui Costa disse que quer vencer também os institutos de pesquisa

2014 no primeiro turno. E novamente, com a garra e a força da nossa militância, nós vamos contrariar as pesquisas nestas eleições em Salvador", afirmou. A coligação da Major Denice também atenuou o levantamento e informou que acredita em segundo turno.

"As tendências apontam que a campanha da Major Denice, postulante da aliança entre PT e PSB, está crescendo em conhecimento junto à população e, conforme circula pelos bairros, ganha cada vez mais apoios. O sentimento das ruas também sinaliza uma aceitação enorme do nome da candidata da Coligação Que Cuida de Gente (PT-PSB), que tem como vice na chapa a deputada estadual Fabíola Mansur, e a ida da candidatura dela para o segundo turno no pleito eleitoral de 2020. Uma campanha eleitoral se dá em diálogo com a população, durante um período de 45 dias, con

Real Time Big Data: Bruno, 33%; Isidório, 12%; Denice e Olívia 6%

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O novo levantamento do Instituto Real Time Big Data contratado pela RecordTVI-tapoan mostra o candidato Bruno Reis (DEM) como líder das intenções de votos. A primeira pesquisa do canal após o início oficial da campanha eleitoral soteropolitana, e também após a realização do primeiro debate televisivo, foi divulgada na tarde de ontem.

Na pesquisa estimulada, o democrata mantém a primeira colocação na corrida pelo Palácio Thomé de Souza com 33% das intenções

de voto, seguido do Pastor Sargento Isidório (Avante), com 12%. Major Denice (PT) e Olívia Santana (PCdoB) aparecem com 6%, cada. Cezar Leite (PRTB) somou 5%, enquanto Bacerlar (Podemos), Hilton Coelho (PSOL) e Rodrigo Pereira (PCO) somam 1%, cada. Celsinho Cotrim (Pros) não pontuou. Brancos e nulos são 16% enquanto 19% não souberam ou não quiseram opinar.

Na espontânea, Bruno aparece com 18%, contra 4% do prefeito ACM Neto, que não está na disputa; Denice tem 2%; Olívia e Cezar 1% cada; Outros nomes surgem com 2%, bran-

cos e nulos somam 26%. Não sabem ou não quiseram responder, 46%.

Isidório segue como o mais rejeitado entre os nomes postos para a disputa pelo Executivo soteropolitano. O político tem 24% da rejeição do público eleitor ouvido pelo instituto. Em seguida aparece o vice-prefeito Bruno Reis com 13%. O democrata é seguido por Bacerlar e Denice com 7% cada. Olívia Santana tem 5% de rejeição. Hilton Coelho teve 3%. Os candidatos Cezar Leite, Celsinho Cotrim e Rodrigo Pereira, com 1% cada, são os últimos que pontuam.

DA REDAÇÃO

O Ministério Público do Estado da Bahia não pediu a prisão da prefeita de Ipiá, Maria das Graças (PP). Em nota, ela afirma que "a denúncia apresentada pelo Ministério Público Estadual, que sequer foi recebida e apreciada pelo Tribunal de Justiça da Bahia, requer apuração da contratação de empresa de consultoria em serviços de engenharia, entre o período de 2017 e 2019". "A peça processual apresenta vários equívocos, que ficarão comprovados, tão logo eu seja intimada para apresentar defesa, en-

tre os quais, vale destacar que, todos os serviços de consultoria em engenharia foram executados pela empresa CS Engenharia à época de vigência do contrato, sem que houvesse prorrogação do mesmo, atendendo todas as orientações do Tribunal de Contas dos Municípios. Além disso, a prefeitura não contava com servidores engenheiros, equivocadamente alegado na denúncia. O que se discute não autos é a formalidade da contratação", prossegue.

Ainda no texto, ela diz que "não há qualquer motivo nem decisão para o meu afastamento, assim como

não há impedimento quanto à minha candidatura à reeleição, que se encontra mantida. Estamos diante de uma denúncia proveniente de representação por um vereador de oposição, o que demonstra o cunho político da mesma, em pleno período eleitoral. Reafirmo o compromisso com o povo que me elegeu, e mesmo diante da situação que encontrei o município e da crise no país, continuo trabalhando incansavelmente para fazer o melhor por Ipiá. Entendo o dever do Ministério Público de apurar denúncias, mas as mesmas serão devidamente esclarecidas".

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 07/10/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 07 de Outubro de 2020 - 08:40

BNDES libera empréstimo com garantia do Tesouro a grandes empresas

por Folhapress

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) liberou o acesso de grandes empresas à linha emergencial de crédito garantida pelo Tesouro, que até esta terça (6) era permitido apenas a companhias com faturamento anual até R\$ 300 milhões.

A linha, chamada Programa Emergencial de Acesso ao Crédito, já liberou R\$ 60 bilhões. Recebeu críticas no início da crise pelas dificuldades impostas pelos bancos parceiros do BNDES diante da elevação do risco de calotes.

Em junho, o governo liberou o uso de recursos do Tesouro para garantir os contratos. A meta é liberar até R\$ 20 bilhões como garantia, o que permitiria a concessão de até R\$ 100 bilhões em empréstimos. A linha era destinada apenas a pequenas e médias empresas.

As empresas de grande porte terão direito a acessar 10% dos recursos aportados pela Tesouro no programa, ou R\$ 2 bilhões. O banco espera, com isso, possibilitar a concessão de até R\$ 10 bilhões em financiamento, já que cada R\$ 1 posto pelo governo pode alavancar outros R\$ 5.

Os empréstimos serão limitados a empresas de setores incluídos em portaria da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Fazenda que define os setores mais afetados pela pandemia do coronavírus.

Entre eles, estão as indústrias automotiva, têxtil, calçadista e de borracha e materiais plásticos e serviços como saúde, educação, telecomunicações e transporte aéreo. A portaria foi editada em setembro, para "orientar as agências brasileiras oficiais de fomento".

O BNDES informou que o PEAC atingiu R\$ 60 bilhões em empréstimos concedidos na segunda (5), com um tíquete médio de R\$ 659 mil por contrato. "Os recursos beneficiaram mais de 80 mil pequenas e médias empresas que empregam mais de 3,6 milhões de pessoas", disse o banco. Até esta terça, diz o banco, foram usados R\$ 13,2 bilhões dos recursos liberados pelo Tesouro para garantir os empréstimos, volume equivalente a cerca de dois terços do total autorizado.

A princípio, o banco pretendia negociar pacotes específicos de crédito com grandes empresas, privilegiando setores que tiveram grandes perdas, como a indústria automotiva e as companhias aéreas e usando instrumentos de mercado, como financiamentos lastreados em ações.

Até agora, porém, não foi fechado nenhum financiamento nesse modelo. As montadoras questionaram as exigências do banco e preferiram buscar soluções com bancos privados. As companhias aéreas Gol e Azul já receberam propostas do banco, mas as negociações ainda não foram concluídas.

O único setor em que grandes empresas receberam aportes do banco foi o setor de energia, que tomou empréstimo de R\$ 14,8 bilhões para adiar reajustes nas contas de luz.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 06/10/2020	Caderno: Notícias



Terça, 06 de Outubro de 2020 - 23:00

Bancos apontam em relatórios risco crescente de crise fiscal no Brasil

Economistas e bancos nacionais e estrangeiros demonstram preocupação com uma avaliação cada vez mais corrente entre eles: o Brasil pode estar à beira de uma crise fiscal por causa da falta de ação de governo e Congresso para responder ao arriscado crescimento rápido da dívida pública.

O entendimento tem sido mais presente em relatórios de bancos, que colocaram no radar a possibilidade de uma crise envolvendo a capacidade do governo de se financiar, segundo o jornal O Estado de S. Paulo. Com o impasse no financiamento para o programa Renda Cidadã, o temor no mercado cresceu. Sem solução para o dilema sobre de onde retirar dinheiro para aumentar o alcance e o valor pago pelo benefício, que serão maiores do que o Bolsa Família, o sinal vermelho foi aceso no mercado.

Preocupa o racha no governo sobre a flexibilização do teto de gastos (regra que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação) para acomodar entre R\$ 20 bilhões e R\$ 35 bilhões em novas despesas.

"A política fiscal está convidando a uma crise da dívida", diz relatório do Deutsche Bank, segundo o Estadão teve acesso. Para o banco alemão, a falta de comprometimento com a contenção dos gastos está empurrando o Brasil para um "abismo" fiscal. "O tempo (para uma crise fiscal) é difícil de determinar. Esses eventos normalmente demoram muito para acontecer, mas podem desdobrar mais rápido do que o esperado."

O Itaú Unibanco estima uma elevação de despesas sociais do Bolsa Família de R\$ 33 bilhões para R\$ 66 bilhões, o que poderá levar a gastos acima do teto em R\$ 20 bilhões em 2021. "Para manter o equilíbrio fiscal, é fundamental transparência nesses gastos e aprovação de ajustes na legislação para o acionamento automático dos chamados gatilhos do teto", diz em referência a medidas de contenção de gastos, focadas especialmente no funcionalismo.

Para o Santander, a criação de novos gastos obrigatórios poderia minar o quadro de "consolidação fiscal". O banco calcula a necessidade de um ajuste fiscal de pelo menos cinco pontos percentuais do PIB (R\$ 350 bilhões) nos próximos anos.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 06/10/2020	Caderno: Notícias



Terça, 06 de Outubro de 2020 - 20:10

Empresa investirá R\$ 1,2 milhão em beneficiamento de tilápia em Paulo Afonso



O município de Paulo Afonso, no norte do estado, ganhará unidade industrial para beneficiamento de pescados. A empresa Agrofish Brasil vai investir R\$ 1,2 milhão na fabricação de filé de tilápia resfriado e congelado, carne moída, farinha, óleo, pele e escama, tudo de tilápia, além de bacalhau, camarão sem cabeça e descascado.

A unidade industrial, que terá capacidade de produção de até 7,1 milhões kg/ano, vai gerar 258 empregos diretos. Um protocolo de intenções com o governo do estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), foi assinado na segunda-feira (05), pelo vice-governador João Leão (PP), secretário da pasta.

“Celebramos a chegada da Agrofish e a riqueza proporcionada pelo Rio São Francisco, de onde virão as tilápias que serão beneficiadas pela empresa. Este é o terceiro protocolo que assinamos este ano para beneficiamento de peixe no estado. Juntos, os três empreendimentos vão investir R\$ 213,8 milhões e gerar 433 empregos diretos em Ilhéus, Lauro de Freitas e Paulo Afonso. Além de interiorizar os investimentos, as empresas vão proporcionar emprego e renda para população”, afirma Leão.

Emerson Barbosa, sócio proprietário da Agrofish Brasil, explica que a Bahia tem uma localização geográfica privilegiada facilitando o atendimento das principais capitais nordestinas e os maiores centros consumidores, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo.

“Nossa unidade industrial vai entrar em operação na próxima semana, dia 13 de outubro. A matéria-prima será adquirida na Bahia e Pernambuco e processada em Paulo Afonso. Além de atender o mercado interno, exportaremos subprodutos, como pele e escama da tilápia para Europa e Ásia. Aproveito para destacar a geração de emprego e renda na região. Para o ano que vem, estimamos criar mais 100 empregos diretos para a indústria. Indiretamente, geramos mais de 1 mil empregos”, afirma Barbosa.

De acordo com a Associação Brasileira da Piscicultura (Peixe BR), a tilápia representa 57% da produção de peixes de cultivo no Brasil, que em 2019 foi de 432 mil toneladas. O país é o quarto maior produtor da espécie no mundo, com condição de produção de peixes acima da demanda do mercado interno. A Bahia ocupa a sétima posição nacional, com 23,4 mil toneladas do produto.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 06/10/2020	Caderno: Notícias



Terça, 06 de Outubro de 2020 - 19:40

Com pandemia, saldo da poupança chega a R\$ 1 trilhão pela primeira vez em setembro

por Larissa Garcia | Folhapress

O saldo total aplicado na caderneta de poupança alcançou pela primeira vez na história a marca de R\$ 1 trilhão em setembro, segundo dados divulgados nesta terça-feira (6) pelo Banco Central.

Benefícios do governo, como saque do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), e o auxílio emergencial, podem explicar o movimento de alta nos depósitos durante a pandemia, já que são pagos por meio de conta-poupança digitais da Caixa Econômica Federal.

No mês, os depósitos em caderneta poupança superaram os saques em R\$ 13,2 bilhões.

Desde o início da crise sanitária, a caderneta tem registrado valores elevados em captação líquida, na comparação com o restante da série, e bate recordes no saldo.

Os brasileiros depositaram R\$ 294 bilhões na poupança em setembro, o maior volume da série histórica iniciada em janeiro de 1995. Os saques também bateram recorde e ficaram em R\$ 280 bilhões.

Com a flexibilização do isolamento social e a reabertura dos comércios, as pessoas voltaram a consumir e, por isso, retiraram mais recursos da poupança.

Em setembro de 2019, diferença entre depósitos e saques foi positiva em R\$ 8,7 bilhões, 34% a menos que o registrado no mesmo mês deste ano.

Em agosto, a captação líquida chegou ao menor nível desde o início da crise sanitária, e fechou o mês em R\$ 11,4 bilhões, queda de quase 60% em relação a julho, mas ainda acima dos patamares registrados antes da pandemia.

No ápice da crise, em abril, a poupança bateu recorde com captação de R\$ 30,4 bilhões. O resultado foi superado em maio, com R\$ 37,2 bilhões, o maior da série histórica até agora.

A poupança rende a Taxa Referencial (TR), hoje zerada, mais 70% da Selic, que está em 2% ao ano.

A regra prevê que, quando a taxa básica de juros estiver acima de 8,5% ao ano, o rendimento da poupança será 0,50% ao mês, mais TR. Caso a taxa Selic esteja menor ou igual a 8,5% ao ano, o investimento é remunerado a 70% da Selic, acrescida da TR.

bahia.ba

Para Fecomércio-BA, pacote fiscal ‘dará sobrevida às empresas com dificuldades’

Após aprovação legislativa, estímulos municipais para diminuir impacto econômico da Covid-19 foram sancionados no dia 2



O pacote fiscal de Salvador para ajudar a reduzir os impactos econômicos da pandemia de Covid-19 foi aprovado pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. A Fecomércio-BA comemora a sanção desta Lei, pois dará sobrevida às empresas com dificuldades em pagar os tributos e dá possibilidade para regularizar a situação junto ao fisco municipal”, afirmou a entidade, em nota.

Formalizado na Lei 9.548/2020, [o pacote foi aprovado na Câmara de Vereadores na última terça-feira \(29\) e publicado na sexta-feira \(2\), no Diário Oficial do Município.](#)

A Fecomércio ressaltou que o pacote estabelece, entre outras medidas, um novo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI). Para pagamentos à vista dos tributos vencidos até 29 de

fevereiro – antes da pandemia – haverá 10% de desconto sobre o valor principal da dívida e 100% sobre multas e juros. Quem optar por dividir em 12 vezes tem 100% de desconto sobre o valor de multas e juros.

Para quem contraiu débitos entre 1º de março e 31 de julho deste ano, o desconto para pagamento à vista será de 20%, sem multas e juros. Quem optar pelo pagamento em 12 parcelas, terá 10% de desconto sobre o valor principal do débito e de 100% sobre juros e multas.

Já as empresas de base tecnológica terão redução da alíquota do ISS de 5% para 2%. Empresas que estão instaladas no bairro Comércio terão redução, por cinco anos, de 50% do IPTU incidente sobre o imóvel. Nesse caso, haverá, ainda, isenção da TFF, Taxa de Licença de Localização (TLL) e Taxa de Vigilância Sanitária (TVS).

Veículo: O Globo	Online
Data: 14/02/2020	Coluna: Economia

O GLOBO

Opinião do GLOBO

Soam os alarmes para a deterioração da dívida pública

Apenas clareza sobre os rumos políticos e orçamentários pode aliviar a pressão sobre o endividamento

O jantar de pacificação entre Paulo Guedes e Rodrigo Maia foi aplaudido pelo mercado: a Bolsa subiu, dólar e juros futuros caíram. Só esse episódio já demonstra, mais que qualquer explicação técnica, a importância do quadro político para o resgate da economia brasileira. Diante de uma pandemia que deverá, até o final do ano, elevar o endividamento público a 95% do PIB, os credores precisam — por acaciano que pareça — crer. Precisam ter confiança em que receberão de volta o dinheiro que emprestaram ao governo.

Para contar com credibilidade, o governo só pode prometer o que cabe no Orçamento, do contrário o mercado exigirá juros maiores e prazos curtos para financiar a dívida. É justamente o que tem acontecido nos últimos meses, enquanto persistem a indefinição sobre o Renda Cidadã, para o qual não há dinheiro no Orçamento, e as ameaças de ruptura do teto de gastos, única regra que ainda impõe controle fiscal.

Desde o início do ano, o endividamento

do Estado piorou não apenas em tamanho, mas também em qualidade. Entre março e agosto, o prazo médio de vencimento da dívida emitida pelo Tesouro caiu de 5,5 para 2,4 anos. No último ano, os vencimentos em 12 meses quase dobraram, de R\$ 533 bilhões para R\$ 1,023 trilhão, e beiraram um quarto de toda a dívida. Apenas a clareza sobre os rumos políticos pode aliviar a pressão.

Os desentendimentos, as incertezas e balões de ensaio contribuem para antecipar uma crise que se acreditava ser possível adiar. Os alertas nas telas dos operadores do mercado não se resumem aos juros futuros e ao encolhimento dos prazos de vencimento. O dólar também sobe quando os estrangeiros vendem seus papéis do governo.

Em decorrência, as condições se tornam propícias à alta da inflação. Numa situação de maior equilíbrio, o incremento das exportações — como minério de ferro e commodities agrícolas — contribuiria para valorizar a moeda e deter a pressão inflacionária do câmbio. Nas circunstâncias atuais, a fuga de

capital tem compensado essa melhora nos termos de troca do Brasil com o exterior. O real permanece mais fraco, na posição mais depreciada desde 1998.

É visível a formação da tempestade no horizonte. A persistirem a incerteza política e os riscos que pairam sobre o teto de gastos, o Banco Central se verá obrigado a elevar os juros básicos de 2%, para facilitar a emissão dos papéis do Tesouro. Mas talvez nem isso seja suficiente para deter a inflação, que já se manifesta em preços de alimentos e insumos ao setor produtivo. Recobrar a saúde fiscal é fundamental para desarmar a armadilha inflacionária.

A barafunda criada por um presidente que quer a todo custo sua arma eleitoral populista terá consequências drásticas se o BC tiver de elevar os juros com 13 milhões em busca de emprego, enquanto a economia mal ensaia uma recuperação. Bolsonaro se engana se acha que vale pagar qualquer preço para vencer em 2022. Nenhum candidato à reeleição sobrevive a uma crise com inflação subindo, desemprego em alta e sem perspectiva de crescimento.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados sob assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O que esperar da reforma administrativa

PEC é ambígua no que diz respeito à estabilidade dos servidores públicos

Alketa Peci

Professora da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ebape)

Após um longo período de espera, a reforma administrativa surge como a reforma do "possível". Fruto de compromissos políticos, a PEC (proposta de emenda à Constituição) frustra as expectativas de quem esperava a redução de gastos ou a superação das distorções desiguais no serviço público ao se dirigir aos futuros servidores e ao deixar de fora as parcelas mais privilegiadas do funcionalismo.

O ganho de R\$ 300 bilhões (ou R\$ 287 bilhões?) apresentado pelo ministro Paulo Guedes (Economia) nem está na exposição dos motivos que acompanhou a PEC. Talvez gere alguma expectativa de curto prazo no mercado, mas indica a falha sistêmica de tomada de decisões baseadas em evidências no superministério do governo.

A reforma é ambígua no que diz respeito à estabilidade dos servidores públicos. Além de renomear uma série de vínculos jurídicos já existentes, a premissa de que nem todos os cargos públicos precisariam ter o mesmo grau de estabilidade de esbarra em problemas de ordem prática e em riscos de retrocessos democráticos.

A estabilidade é o instituto mais importante de uma burocracia profissional que, embora não garanta, dificulta a captura política da burocracia e permite certa continuidade de políticas públicas. Mesmo com estabilidade e relativo grau de autonomia (que não é sinônimo de estabilidade), a burocracia sempre responde aos políticos eleitos e é politicamente controlada, muitas vezes com resultados negativos de gestão. O fim da estabilidade sustenta em premissas simplórias motivacionais (medo) que não garantirão um desempenho superior de gestão pública.

A demarcação dos serviços essenciais dos não essenciais traduz o papel esperado do Estado. Na história

recente (1995-2003), tentativas massivas de terceirização foram consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União, substituindo-se por concursos. Carreiras inteiras (reguladores) foram redefinidas. Abismos salariais existentes para os mesmos cargos, dependendo do órgão, indicam quais forças corporativistas podem ganhar esse jogo. Ambígua nas carreiras essenciais, a PEC se silencia sobre a necessária profissionalização das carreiras não permanentes e já indica que cedeu a pressões corporativistas ao propor a acumulação de funções para estas últimas.

A reforma coíbe, adequadamente, distorções existentes, mas parte da premissa errada de que as possíveis soluções surgirão de novos arcabouços legais.

A reforma coíbe, adequadamente, distorções existentes, mas parte da premissa errada de que as possíveis soluções surgirão de novos arcabouços legais. (...) O legalismo caótico precisa ser substituído por um lócus decisório responsável para o planejamento de estruturas organizacionais e políticas de recursos humanos

[...]

A reforma coíbe, adequadamente, distorções existentes, mas parte da premissa errada de que as possíveis soluções surgirão de novos arcabouços legais. (...) O legalismo caótico precisa ser substituído por um lócus decisório responsável para o planejamento de estruturas organizacionais e políticas de recursos humanos

cabouços legais. Aumentos retroativos, aposentadoria compulsória como punição ou as centenas de carreiras existentes com remunerações absolutamente heterogêneas resultaram do excessivo legalismo, materializado num complexo sistema infraconstitucional capturado por interesses corporativistas. Sem combater essas forças, nem tão ocultas, que institucionalizam as distorções, a "montanha" de PECs, PLPs (projetos de lei complementar) e PLs (projetos de lei) vai continuar a parir um rato.

As distorções criaram um sistema paralelo de incentivos que afasta a carreira de alguns segmentos da burocracia do interesse público. A gestão por desempenho, por sua vez, depende de uma maior discricionariedade na revisão do sistema de incentivos que alinha o desempenho dos burocratas com as organizações e as políticas para os quais contribuem. Em outras palavras, demanda maior autonomia gerencial. Uma possibilidade surge ao vincular a gestão por resultados com modificações na lei orçamentária, mas a versão recentemente encaminhada ao Congresso prevê essa rubrica única? Ou as discussões correram paralelamente, ilustrando os silos que existem dentro do governo?

O legalismo caótico precisa ser substituído por um lócus decisório responsável para o planejamento de estruturas organizacionais e políticas de recursos humanos. Mas a proposta de alocar este poder ao presidente da República será frustrada. O Legislativo não delegará a nenhum presidente, ainda mais a quem governa como se fosse oposição, esse poder de decisão.

No seu conjunto, a reforma será um novo caso de falha sequencial, mas pode servir para, gradualmente, substituir as atuais distorções por incentivos mais alinhados com uma gestão por resultados.

O futuro do Judiciário

É preciso conhecer postulantes para garantir qualidade nas decisões judiciais

Pierpaolo Cruz Bottini e Sérgio Rabelo Tamm Renault

Advogado, professor de direito penal da USP e ex-secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça (2005-2007; governo Lula)

Advogado, é ex-secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça (2003-2005; governo Lula)

O ministro Celso de Mello anunciou sua aposentadoria. Deixará o Supremo Tribunal Federal e muita saúde. O Tribunal perderá um juiz sereeno, apegado à legalidade e aos direitos fundamentais; atributo ousado nos tempos estranhos em que vivemos. Para seu posto, o presidente da República já indicou substituto, o desembargador Kassio Nunes Marques, um magistrado com qualidades e experiência, que será sabatinado pelo Senado Federal.

Não se tem notícia, na história recente, de indicações vetadas pela Casa Legislativa. Apenas Floriano Peixoto, no alvorecer da República, viu rejeitados cinco de seus escolhidos. Em retaliação, deixou de indicar novos nomes, e a corte padeceu por longo período de falta de quórum.

Pertanto, em regra, os indicados pelo presidente são aprovados. Trata-se de poder considerável, uma vez que a escolha é livre, bastando que o candidato ao STF seja brasileiro nato, tenha entre 35 e 65 anos, notável saber jurídico e reputação ilibada. Mas esse poder, visível e escrutinado pela imprensa e pela sociedade civil, é a ponta de um iceberg. Para além dos membros do STF, o presidente da República indica inúmeros outros juizes, em um processo que passa ao largo da atenção pública.

Ministros do Superior Tribunal de Justiça, Militar, do Trabalho, Eleitoral, dos Tribunais Regionais Fe-

derais, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Tribunais Regionais Eleitorais também são, em parte, escolhidos pelo chefe de Estado. Embora em alguns casos as opções sejam limitadas a listas dos próprios tribunais, a palavra final é do presidente, o que direciona a composição do grupo de indicados.

Segundo reportagem desta Folha, Bolsonaro fará 90 nomeações em

35 tribunais até 2022. Ao depender da idade, ficarão quase meio século em seus postos. Não é pouca coisa.

Esses juizes serão responsáveis pelo julgamento de crimes cometidos por governadores, ministros de Estado, dentre outros. Decidirão sobre impostos, proteção ambiental, direitos trabalhistas. Apreciarão contas eleitorais e poderão cassar mandatos. Um considerável poder passa por suas mãos.

Quem serão esses juizes? Qual será sua cor, origem, preferências políticas, formação acadêmica? Quais os critérios usados para sua indicação? Em notícia recente, o New York Times fez uma análise dos 51 juizes federais nomeados por Trump. Escrutinou suas decisões, os cargos ocupados, para quem fizeram doações eleitorais no passado, suas cores, idades e perfis.

Ainda que o sistema brasileiro seja distinto do americano, é inevitável um componente político na composição dos tribunais, que merece ser acompanhado e debatido. É preciso conhecer os postulantes a tais cargos, seus históricos e conhecimentos técnicos, para garantir escolhas criteriosas e a qualidade das decisões judiciais. É a melhor forma de assegurar que esse espaço siga sendo ocupado por "Celos de Mello", por juizes com sensibilidade e compromisso com a legalidade, como o decano que ora se aposenta.

[...]

Esses juizes serão responsáveis pelo julgamento de crimes cometidos por governadores, ministros de Estado, dentre outros. Decidirão sobre impostos, proteção ambiental, direitos trabalhistas. Apreciarão contas eleitorais e poderão cassar mandatos. Um considerável poder passa por suas mãos

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para o Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01302-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

ENVIE PARA O PAINEL DO LEITOR SUA FOTO EM AMARELO DA CAMPANHA PELA DEMOCRACIA

A velha política

Se alguém tinha dúvida sobre as promessas do então candidato à Presidência Jair Bolsonaro de que ele iria acabar com a "velha política" e passar este país a limpo, depois do encontro que se realizou na residência do ministro do Supremo Dias Toffoli imagino que essa dúvida tenha se acabado ("Para blindar gestão, Bolsonaro se afasta de eleitores e embates", Poder, 6/10). José Carlos de Oliveira Robaldo (Campo Grande, MS)

Eleições

Estando bom para ambas as partes... o povo de São Paulo é que se lasque ("Em São Paulo, Bolsonaro promete ajuda a Russomano", Poder, 6/10). Gesner Batista (Rio Claro, SP)

"Empresas burlam regras e mantêm disparos em massa de mensagens eleitorais" (Poder, 5/10). Não surpreende que continuem os disparos de mensagens em massa para as próximas eleições. Se o Tribunal Superior Eleitoral não cassa, não anula e não pune quem se valeu disso, por que essas empresas iriam parar? André Chaves (São Paulo, SP)

Sergio Moro

Nós sabemos o que esse ex-juiz fez no verão passado! As perseguições políticas, as condenações sem provas, pessoas com vidas destruídas por suas sentenças políticas — várias delas já anuladas! Mentiras não duram a vida inteira. E agora acabou toda a estrutura de segurança que ele tinha e por trás da qual se escondia ("Moro é pressionado pela família a sair do Brasil e ficar longe da política", Mônica Bergamo, 6/10) Maurício Silva (Rio de Janeiro, RJ)

Provas

Provas e mais provas, é tudo o que há ("Frota leva à PF dados que ligariam Eduardo Bolsonaro pessoalmente a esquema de fake news", Painel, 6/10). Carlos Magno Silva Carvalho (Brasília, DF)

Renda Cidadã

Mas não acabou a roubalheira? Então, se acabou mesmo, dinheiro tem. Otávio de Queiroz (São Paulo SP)

PL 627

A Fapesp completa 60 anos neste mês de outubro e sempre funcionou com muita autonomia no financiamento da ciência e da tecnologia. Todos os governantes, desde a sua fundação, em 1960, sempre respeitaram essa autonomia, que é constitucional. Recentemente, o governador Dória, na contramão da história, ameaçou a Fapesp (além de USP, Unicamp e Unesp) com o PL 529; não contente, agora apresentou o PL 627. Se esses dois projetos de lei forem aprovados, o governo da Fapesp já em 2021 será reduzido a um terço. Certamente haverá interrupção de projetos e bolsas de alunos de graduação e pós-graduação que já estão em andamento. Os ataques do governador João Dória à ciência não diferem dos que são feitos pelo presidente Jair Bolsonaro. O Bolsodorismo voltou? Maria Cristina Arias, professora do Instituto de Biociências da USP (São Paulo, SP)

OAB

O artigo "Diretas já" (Opinião, 6/10) cai em falácia ao comparar as regiões Sul e Sudeste do país, em economia e população, a outras regiões. A eleição do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil segue o modelo do Senado, com os prós e os contras da democracia. Advogados elegem diretamente três conselheiros por estado, e estes, por sua vez, elegem o presidente da OAB, segundo o pacto federativo e buscando reduzir desigualdades e preconceitos regionais, conforme a Constituição. A mudança privilegiaria as regiões mais populosas. Ednaldo Vidal, presidente da OAB-RR (Boa Vista, RR)

Doria e os muros

Os jardins verticais na avenida 23 de Maio representam um "marco", não um "mico", como diz o título da reportagem "Muros de Doria viram micos" de São Paulo e devem perturbar próximo prefeito" (Poder, 5/10). A avenida ficou sensivelmente embelezada, de uma forma inédita e muito original, além de bem mais agradável para ser percorrida. Custos de manutenção estão presentes em todos os espaços públicos, sejam praças, parques, monumentos, canteiros, museus, centros culturais etc. Não é por haver um custo de manutenção que um projeto como esse não deve existir. Se assim fosse, não teríamos nenhum espaço público. Jacques Pripas Neto (São Paulo, SP)

Jacques Pripas Neto (São Paulo, SP)



Grafite em muro na Vila

Constança Eduardo Knapp/Folhapress

Li a íntegra do editorial "Muros de Doria" na Folha desta terça-feira (6/10), mas não consegui entender o subtítulo "Apesar dos méritos...". Quais foram os méritos na passagem relâmpago de Doria pela prefeitura? Não há nada no editorial, só muros e despesas! Houve, como apontado, muito marketing — e, acrescentaria eu, cosplay de garf, de pintor de paredes etc. Jaime Magalhães Machado Júnior (São Paulo, SP)

O muro verde da avenida 23 de Maio é fantástico! Deveria ser ampliado para mais avenidas na cidade de São Paulo. E, em como qualquer outro mobiliário da cidade, há um custo. Qualquer que fosse a escolha haveria custo. Renato Frederico Damico (Campinas, SP)

A cidade está suja, quebrada; as árvores são poucas e não recebem podas; da fiação então, nem se fale; os permilongos levaram meu cachorro; o asfalto, cheio de buracos; as calçadas estreitas e destruídas; a lista segue... Preocupação com muros me parece mais uma coisa inútil e cara, importada de Donald Trump. Flávia Fonseca (São Paulo, SP)

A paisagem da USP deveria mesmo ser revelada por meio de muros transparentes, mas a especificação do vidro escolhido foi de fato infeliz e danosa. Um simples debate com arquitetos teria prevenido a bobagem. Mas Doria preferiu prestigiar amizades próximas em vez de encomendar decisões profissionais. José Roberto (São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

PODER (6. OUT. PÁG. A7) Diferentemente do publicado em "Tatto vai explorar imagem de Lula até o limite da lei", Lula faz a gravação de propagandas eleitorais na sede nacional do PT em São Paulo, e não na sede do Instituto Lula.

MERCADO (4. OUT. PÁG. A20) Diferentemente do publicado no texto "Exportações criam boom de prosperidade no norte de MT", as cidades de Sinop, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso, no estado de Mato Grosso, tiveram mais de 15 mil contaminados pelo coronavírus, não mortos pelo vírus.



Por Fernando Exman

Trabalhou nas redações de "Investnews", "Gazeta Mercantil", ... [ver mais](#)

Guedes continua sob ataque especulativo

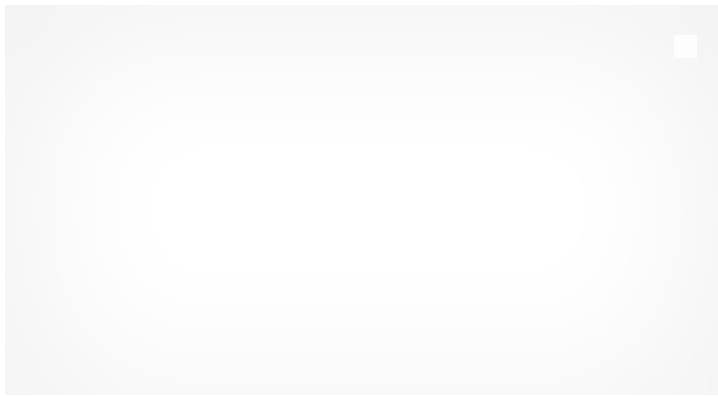
Modelo de superministérios é alvo de críticas

07/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Brasília enfrenta por estes dias aquela época do ano marcada pela extenuante transição entre a seca e o início da temporada de chuvas. A estiagem chega ao seu ápice, pelo menos do ponto de vista de quem habita a capital federal construída no meio do cerrado, com taxas de umidade relativa do ar que se aproximam dos 10%. A torcida geral é para que qualquer chuvisco seja o prenúncio de um período mais fértil, mas o tempo é traiçoeiro e pode decepcionar os mais ansiosos. Neste clima insistentemente árido se desenrolou o jantar de segunda-feira promovido para reaproximar o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o ministro Paulo Guedes, da Economia.

Para quem desejava ter notícias positivas, até que chuviscou. Gestos públicos foram feitos: o presidente da Câmara desculpou-se por chamar o chefe da equipe econômica de "desequilibrado". Guedes, por sua vez, reconheceu os trabalhos prestados por Maia desde fevereiro do ano passado para assegurar a aprovação de itens da agenda econômica e outros projetos de interesse do governo.

Modelo de superministérios é alvo de críticas



Poucas horas depois do encontro, não se fala em vencedor ou derrotado. O jantar serviu a ambos, que buscavam um reposicionamento no jogo e podem ter percebido que, juntos, têm mais a ganhar neste momento.

Maia andava afastado da cena por causa da covid-19, enquanto Guedes precisava dar um novo lustre à imagem do governo e se rerepresentar como interlocutor privilegiado do Executivo com a cúpula da Câmara. O MDB aproveitou a oportunidade para lançar uma boia em direção ao ministro da Economia, antes que Guedes seja arrastado pela correnteza para o alto mar, ao mesmo tempo em que se mostrou um parceiro estratégico de Maia nesta reta final de gestão à frente da Casa.

A mensagem geral foi a defesa do teto de gastos, hoje a preocupação central dos agentes do mercado e dos políticos que passaram a vincular o respeito a esta regra às perspectivas de permanência do ministro da Economia no governo.

O ambiente era propício. O anfitrião era o ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União (TCU). Junto com Maia, o dono da casa desempenhou um papel central na confecção da proposta de emenda constitucional do Orçamento de guerra, instrumento que flexibilizou as regras fiscais deste ano para viabilizar, por parte do governo, o combate aos efeitos da crise decorrente da pandemia tanto na economia quanto na vida de milhões de famílias.

Dantas é o relator natural dos assuntos relativos à área econômica no TCU, o que lhe confere ainda maior legitimidade para tratar desses temas em contatos reservados ou pronunciamentos públicos. E ele tem se mostrado um defensor do teto de gastos na Corte de Contas, a despeito do assédio de integrantes do governo favoráveis à flexibilização do dispositivo constitucional que se tornou a principal âncora fiscal do país.

Os demais convivas eram principalmente do MDB, o partido que esteve à frente das articulações para a implementação do teto durante o governo Michel Temer. A sigla relata o Orçamento de 2021, a PEC do Pacto Federativo e não hesitará em ocupar os espaços políticos que a conjuntura lhe oferecer.

Ainda é cedo, contudo, para se ter uma nova previsão do tempo de Brasília.

A permanência do ministro da Economia segue sob ataque especulativo - por parte de alas do próprio governo, segmentos do Congresso e setores do mercado. Seu rigor fiscalista é questionado pela ala desenvolvimentista do Executivo, que escorou o presidente Jair Bolsonaro em seu pior momento e o ajudou a estancar as turbulências institucionais entre os Poderes que poderiam se converter num processo de impeachment.

Cessaram as ameaças ao mandato do presidente e, agora, esses setores insistem na ampliação de seus orçamentos e dos investimentos públicos.

No Congresso, a trégua esboçada durante o jantar só será realmente testada quando o ministro e Maia precisarem se sentar à mesa para discutir os temas que os levaram ao rompimento.

Um deles é a reforma tributária e a intenção do Executivo de instituir um novo imposto sobre transações financeiras. Maia sempre foi contra a recriação de uma contribuição nos moldes da antiga CPMF, mas, conforme revelou o **Valor**, tinha sido procurado por articuladores que tentavam convencê-lo a retirar os obstáculos à discussão do tema. Em contrapartida, o governo concordaria em levar adiante a proposta de reforma tributária por ele defendida.

Então veio o rompimento, quando o governo decidiu adiar as discussões sobre a reforma tributária para depois das eleições municipais. A estratégia interditou não só os trabalhos da comissão mista que trata do assunto, mas também atrapalhou os planos de Maia para a etapa final de seu mandato à frente da Câmara.

De forma inadvertida ou não, Guedes também acabou se intrometendo na disputa pela sucessão de Maia, ao levantar a suspeita de que o deputado teria fechado um

acordo com os partidos da esquerda para se reeleger na última disputa. Em troca dos votos, diz o rumor que é rechaçado pelo grupo de Maia e aliados, haveria o compromisso de bloquear a agenda de privatizações do governo.

Quem ficou ofendido pode contra-argumentar que no início de julho Guedes estabeleceu um prazo de até 90 dias para fazer quatro grandes privatizações, mas depois não voltou mais ao assunto.

O ministro e seus auxiliares precisarão enfrentar as críticas que apontam para a pasta da Economia quando se fala do imobilismo do governo nas últimas semanas. Argumenta-se que ficou explícita a falta de contrapontos dentro da equipe econômica, algo que seria fundamental para uma melhor tomada de decisão do chefe do Executivo.

Esses críticos apontam, também, que a saída de Sergio Moro da Justiça e Segurança Pública teria demonstrado a Bolsonaro que a exoneração de superministros gera problemas pontuais absolutamente contornáveis, diante da popularidade pessoal do presidente. O ministro da Economia terá ainda mais problemas, se começar a pregar no deserto.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
E-mail: fernando.exman@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Bahia: empresárias lucram com venda online usando app grátis
OLIST

LINK PATROCINADO

Notebook Lenovo Ideapad S145 8ª Intel Core I5 8GB 1TB HD 15,6" W10 Prata
R\$ 3.499,99 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Método simples pode ajudar contra o zumbido
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Passa incentivo a montadoras no CO, NE e N

Três regiões foram contempladas na prorrogação de benefício fiscal a empresas automotivas até 2025

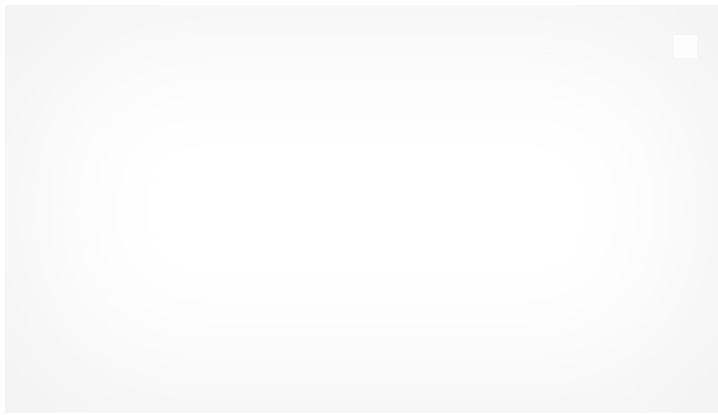
Por Vandson Lima e Renan Truffi — De Brasília

07/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O Senado aprovou ontem, por 67 votos a 4, a Medida Provisória 987, com a inclusão da região Centro-Oeste entre as contempladas na prorrogação de benefício fiscal a empresas automotivas até 2025. O texto vai à sanção presidencial.

Originalmente, a MP era destinada apenas às regiões Norte e Nordeste, prorrogando o prazo para que empresas do setor nessas localidades apresentassem projetos de novos produtos para contarem com crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A prorrogação do regime do Centro-Oeste não está prevista no Orçamento para 2021 enviado pelo governo, mas o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), negociou com a equipe econômica do governo federal o pagamento de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre operações de crédito com recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO). Esses financiamentos, hoje isentos de IOF, terão cobrança entre 2021 e 2025. Essa contrapartida, alega o governador goiano, compensaria os créditos de IPI para a fabricação de automóveis na região.

A MP foi editada porque as empresas teriam até 30 de junho para protocolar suas propostas de investimentos na região, mas o próprio governo não divulgou a tempo o edital com as regras. No texto final, a Câmara ampliou o prazo até 31 de outubro e o Senado confirmou o aval.



O crédito poderá ser usado para descontar o valor a pagar a título de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) em vendas realizadas entre 1º de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2025. Durante esse período, as empresas precisam respeitar patamares mínimos de investimentos em inovação tecnológica, desenvolvimento e pesquisa.

A proposta causou muita discussão, opondo senadores das regiões contempladas, favoráveis à medida, a representantes do Sul e Sudeste, que criticaram a proposta. Diante das reclamações de Major Olímpio (PSL-SP), de que as montadoras de São Paulo seriam prejudicadas, o líder do PSD, Otto Alencar (BA) rebateu: “Só a argumentação do Major Olímpio justifica se aprovar essa matéria. Ele falou em mais de 25 montadoras no Sul e no Sudeste. Pernambuco tem uma montadora, a da Fiat, a Bahia tem a montadora da Ford, Goiás também tem uma montadora. São três em três Estados”, justificou. Ao fim, a maior parte dos senadores preferiu ficar a favor da MP.

O senador Lasier Martins (Podemos-RS) apresentou um destaque para incluir a parte sul do Rio Grande do Sul entre as regiões beneficiadas pela MP. Alvaro Dias (Podemos-PR) apresentou um destaque para beneficiar as montadoras do seu Estado. Mas os pedidos de mudança foram depois retirados após o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), assumir o compromisso de negociar a votação, na Câmara, do projeto que cria a Região Integrada de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Corretoras não podem excluir comissões da base do PIS/Cofins

É a primeira vez que o STJ se posiciona sobre esse tema

Por **Joice Bacelo** — De Brasília

07/10/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Relator, ministro Herman Benjamin: “Inconfundível com a atividade de intermediação financeira” — Foto: Rafael Luz / STJ

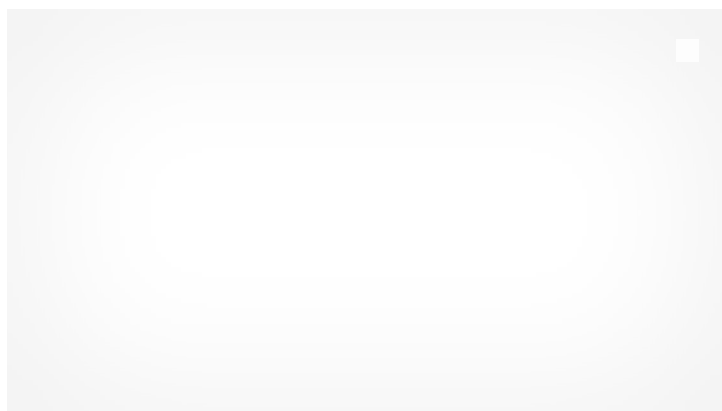
O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que as corretoras de títulos e valores mobiliários não podem deduzir da base de cálculo do PIS e da Cofins os valores das

comissões que são repassadas aos agentes de investimentos - os profissionais que atuam na captação dos recursos. É a primeira vez que a Corte se posiciona sobre esse tema. O julgamento ocorreu em sessão realizada ontem na 2ª Turma.

A discussão, nesse caso, era saber se essas comissões poderiam ser classificadas como despesa de intermediação financeira. Se a resposta tivesse sido positiva, a corretora teria passe livre para as deduções. A Lei nº 9.718, de 1998, no artigo 3º, prevê expressamente que isso ocorra.

Para os ministros da 2ª Turma, no entanto, as despesas que as corretoras têm com esses pagamentos referem-se à simples contratação de serviços profissionais. “Inconfundível com a atividade de intermediação financeira”, frisou o ministro Herman Benjamin, relator do caso, em seu voto, sendo acompanhado por todos os demais julgadores.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Os ministros analisaram esse tema por meio de um recurso apresentado pela SLW Corretora de Valores e Câmbio contra decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região, com sede em São Paulo (REsp 1872529).

Os desembargadores haviam negado o pedido, mas por um motivo diferente. Entenderam que as corretoras não fazem intermediação financeira. Essa seria uma atividade exclusiva dos bancos. E, assim sendo, os gastos com as comissões constituiriam despesas administrativas, que devem ser incluídas no cálculo do PIS e da Cofins.

Em defesa oral, o advogado Diogo Ferraz, que atuou para a empresa no caso, chamou a atenção dos ministros para a própria Lei nº 9.718. A norma inclui, nominalmente, as sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários entre as instituições que podem deduzir as despesas de intermediação financeira.

“Houve uma confusão entre intermediação financeira e intermediação bancária. As financeiras incluem expressamente a aplicação de recursos próprios ou de terceiros e atividades relacionadas à compra e venda de ações”, afirmou.

Diogo Ferraz acrescentou que as corretoras só são consideradas instituições financeiras porque realizam intermediação financeira. Se não fosse assim, ele disse aos ministros, não haveria qualquer sentido razoável em atribuir o mesmo tratamento regulatório e tributário.

O advogado sustentou ainda que as despesas com os agentes de investimentos “estão intrinsecamente relacionadas com essas atividades” e, por isso, as corretoras poderiam deduzir tais gastos da base do PIS e da Cofins. “Não é despesa meramente administrativa. Está vinculada à atividade-fim da corretora”, enfatizou.

Os ministros da 2ª Turma do STJ deram razão à empresa quanto ao primeiro ponto: de que as corretoras realizam atividades de intermediação financeira. “Mas não é essa a questão jurídica debatida no coração deste recurso especial”, disse o relator, concordando, então, com a tese da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) de que tais valores têm de ser classificados como “despesa relativa a um serviço financeiro prestado pelos agentes às corretoras”.

O procurador Marcelo Kosminsky, da PGFN, disse que no Manual de Normas do Sistema Financeiro, elaborado pelo Banco Central para facilitar a fiscalização das instituições, corretagem, emolumentos e comissões constam como despesas de serviços do sistema financeiro e não como despesas de captação. “Trata-se, portanto, de despesa administrativa e a legislação tributária veda expressamente a dedução da base de cálculo dos tributos.”

Bancar programa exige cortar mais que gordura, segundo Maia

Em jantar de conciliação, presidente da Câmara e ministro da Economia, Paulo Guedes, defendem que teto de gastos deve ser preservado

Por Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto — De Brasília

07/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

As dificuldades para viabilizar a reformulação do Bolsa Família dominaram a pauta do jantar de reconciliação entre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o ministro da Economia, Paulo Guedes, anteontem. O chefe da equipe econômica reconheceu os entraves e convocou parlamentares para acharem juntos os caminhos de financiamento.

Segundo participantes do encontro, Guedes destacou a importância de os parlamentares “entrarem de cabeça” na elaboração do Renda Cidadã ou Renda Brasil, como ele tem chamado. A ideia é destravar o debate sobre o programa e evitar resistências no Congresso às possíveis soluções.

“A política sempre encontrou soluções para problemas difíceis”, disse a senadora Kátia Abreu (PP-TO) ao comentar a iniciativa do ministro de pedir a ajuda dos parlamentares.

Uma convergência clara entre o presidente da Câmara, o ministro da Economia e demais presentes no jantar foi de que o teto de gastos, que proíbe o crescimento das despesas do governo acima da inflação, deverá ser preservado e que nenhum mecanismo para burlá-lo será aprovado mesmo que seja para financiar o programa social.

Em determinado momento, Maia sugeriu que será preciso cortar não apenas na gordura, mas também no músculo para encontrar espaço no Orçamento para bancar o Renda Cidadã. A fala teve a concordância dos demais presentes.

Após o jantar, a expectativa é que deputados e senadores se debrucem ainda mais sobre o tema para entregar as soluções. Mas, em meio à eleição municipal, comenta-se também que isso pode ficar para apenas dezembro.

Uma possibilidade que está no radar é a extinção de todas as isenções fiscais por seis meses, sugerida pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), um dos articuladores do jantar de pacificação. A ideia dele é que as isenções sejam revisitadas em seis meses para que se avalie quais devem ser retomadas. Ainda que não abra espaço no teto, o fim das isenções fiscais permite a compensação exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) na criação de despesas permanentes.

Outros três temas tiveram bastante destaque no encontro e foram apontados como pontos prioritários tanto do governo quanto do Congresso: a reforma tributária e a administrativa e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Pacto Federativo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A30s 64GB Dual Chip Android 9.0 Tela 6.4" Octa-Core 4G Câmera Tripla 25MP + 5MP + 8MP - Preto

R\$ 1.499 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Empresários de Camaçari vendem online usando este app grátis

OLIST

LINK PATROCINADO

Se você tem zumbido no ouvido então precisa ver isso urgente

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

A pulseira repelente que vai expulsar pernilongos e mosquitos!

PULSEIRA ANTI MOSQUITO

LINK PATROCINADO

Mulheres acima dos 40: Anvisa libera pílula que estica as rugas e a pele velha

Tributação de FII precisa ser repensada, diz estudo

Taxação de fundos imobiliários deve ser alterada para que renúncias fiscais reflitam uma política pública mais racional e inclusiva, segundo pesquisador

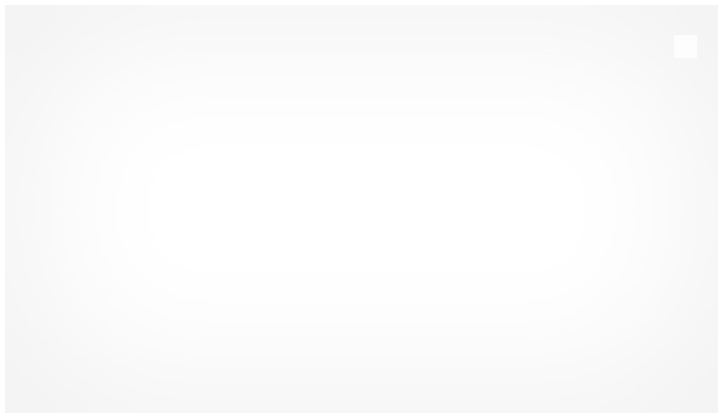
Por Anaís Fernandes — De São Paulo

07/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A tributação dos fundos imobiliários no Brasil precisa ser repensada à luz do desenvolvimento urbano, de forma que renúncias fiscais reflitam uma política pública mais racional e inclusiva, avalia Fernando Túlio Salva Rocha Franco, presidente do braço paulista do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-SP) e professor convidado do Insper.

Mestre em gestão e políticas públicas pela FGV, Franco desenvolveu uma pesquisa em que “raspou” dados de todos os Fundos de Investimentos Imobiliários (FIIs) registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com uma amostra de dois anos (2016 a 2018) e estimou que, no período, a isenção tributária desses fundos somou cerca de R\$ 1,5 bilhão.

Analisando especificamente FIIs de renda - que investem sobretudo em empreendimentos para obter ganhos com locação -, Franco observou que não há qualquer relação estatística entre o percentual de renúncia fiscal dos imóveis nos fundos e a renda nominal média dos domicílios da região em que eles estão inseridos. A isenção também não é explicada por indicadores de vacância, inadimplência, rentabilidade do fundo ou do imóvel, valor do metro quadrado ou presença de investidores estrangeiros.



Ads by Teads

Para o pesquisador, os dados mostram que, embora do ponto de vista territorial os imóveis dos FIs se concentrem em áreas mais valorizadas, as renúncias fiscais não refletem nenhum tipo de política pública urbana. Tampouco atenuam o que Franco chama de “lógica regressiva” do imposto sobre a renda dos aluguéis. O fundo imobiliário em si não é tributado, mas o cotista sim, nos rendimentos e ganhos de capital. Há situações, porém, de isenção à pessoa física. Assim, Franco calcula que, em certos casos, a tributação do aluguel pode ser de 27,5% para o proprietário que vive da locação de um imóvel, de 14,53% para uma empresa locadora enquadrada no lucro presumido e zero se a propriedade for de um FI.

A proposta de Franco é que o modelo vigente de isenções seja substituído pela tributação geral do imposto sobre a renda à pessoa física - que precisa ser atualizado para se tornar mais progressivo tal como em países da OCDE, ele ressalva.

Ao mesmo tempo, alíquotas incentivadas poderiam ser oferecidas para investidores com cotas em FIs que gerem “externalidades positivas para a cidade e a sociedade”, diz Franco. “Poderia haver isenção se ele vai construir imóveis habitacionais com interesse social em área central ou se é um imóvel para uso comercial que cria emprego em áreas com pouca oferta de trabalho.” Essa seria uma forma de aproximar a reforma tributária, muito debatida, e uma reforma urbana. “É a possibilidade de pensarmos em sistemas integrados mais isonômicos.”

 COMENTÁRIOS

Empresários articulam pressão sobre o governo por reformas

Grupo cobra compromisso público para a aprovação de mudanças

Por **Mônica Scaramuzzo** — De São Paulo

07/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Um grupo de empresários pesos pesados do PIB brasileiro articula-se para cobrar do governo de Jair Bolsonaro um compromisso público para a aprovação das reformas administrativa e tributária. Preocupados com a deterioração do quadro fiscal do país, líderes de grandes empresas têm se movimentado nas últimas semanas para pressionar o governo, o Congresso e o Judiciário em torno de uma agenda única de reformas, um movimento nos mesmos moldes da coalizão que envolveu entidades, empresas e bancos para a preservação da Amazônia.

Eles cobram um engajamento dos Poderes para aprovação do projeto que reduza os gastos administrativos, como altos salários dos servidores públicos, e da proposta de emenda constitucional (PEC) 45, proposto pelo economista Bernard Appy, que simplifica os tributos.

Esse tema tem sido acompanhado por empresários e executivos, como Horácio Piva, da Klabin, e Pedro Wongtschowski, do grupo Ultra (dono da rede de postos Ipiranga), além do economista Marcos Lisboa, presidente do Insper, apurou o **Valor**. Eles participam de reuniões para discutir como podem debater a agenda de reformas com o governo. Esses encontros, ainda informais, buscam ainda a forma e conteúdo desse movimento. Executivos e empresários de vários setores da indústria estão sendo convidados para participarem desses encontros. Procurados, eles não quiseram comentar o assunto.



Ads by Teads

Nas últimas semanas, os líderes empresariais começaram a se reunir com maior frequência, por videoconferência, para tentar construir uma pauta comum, com apoio da sociedade civil, para levar ao governo. Uma fonte a par do assunto afirmou que interlocutores que fazem parte desse movimento já conversaram separadamente com o ministro da Economia, Paulo Guedes; o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e pessoas próximas ao presidente Jair Bolsonaro. Reservadamente, todos concordam com a necessidade das reformas, mas não há um comprometimento público com a agenda. “Temos dúvidas se Brasília tem noção do tamanho do iceberg”, disse uma das fontes que está organizando o movimento.

Os empresários buscam comprometimento do governo para a aprovação da reforma tributária proposta pelo economista Bernard Appy, a PEC 45. A PEC 45 prevê a unificação de PIS, Cofins e IPI com o ICMS (estadual) e o ISS (municipal) num único tributo de valor adicionado chamado IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Outra prioridade dessas lideranças é a aprovação de uma reforma administrativa mais ambiciosa. Eles entendem que o presidente Jair Bolsonaro terá um alto custo político por conta dos servidores públicos, mas afirmam que o governo tem de sinalizar que está disposto a levar adiante essa agenda amarga.

Parte desses empresários acredita que o ministro Paulo Guedes está perdendo força no governo e abrindo mão do discurso liberal. O desgaste entre Guedes e o líder da Câmara, Rodrigo Maia, também preocupa, mesmo com o aceno de aproximação entre os dois em um jantar na segunda-feira.

Os empresários estão buscando nos últimos meses maior interlocução com Brasília. Com a crise da Amazônia, líderes de empresas e bancos fizeram uma aliança para

ter uma discussão direta com Brasília para colocar o meio ambiente na pauta de prioridades do governo Jair Bolsonaro. No movimento ambiental, empresas e bancos contaram com o apoio do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). “Entendemos que criamos um canal importante ali com o governo para discutir uma questão importante e que teve repercussão internacional”, disse um dos interlocutores do movimento.

Com a deterioração da economia, que tem levado o crescimento da dívida pública, e às vésperas das eleições municipais, o empresariado teme que o governo de Jair Bolsonaro priorize sua agenda eleitoral e abra mão da pauta econômica. “Não vemos uma liderança no governo que possa discutir esses assuntos e tememos que o governo caia na armadilha dos subsídios, não tendo mais como sair”, disse uma fonte próxima ao assunto.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Venda online em 5 minutos: app faz isso de graça!

OLIST

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A30s 64GB Dual Chip Android 9.0 Tela 6.4" Octa-Core 4G Câmera Tripla 25MP + 5MP + 8MP - Preto

R\$ 1.499 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia

VARIZERO

LINK PATROCINADO

A pulseira repelente que vai expulsar pernilongos e mosquitos!

PULSEIRA ANTI MOSQUITO

LINK PATROCINADO

Os brasileiros acharam uma forma de aumentar as suas pensões e se aposentarem mais cedo

PENSIONBR

LINK PATROCINADO

Mulheres: Anvisa libera pílula que estica as rugas e a pele velha depois dos 40 anos de idade

SKINCAPS

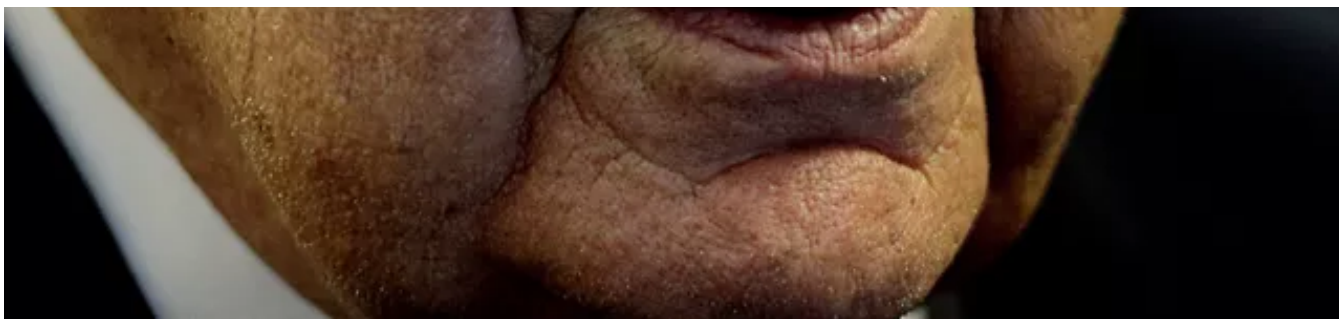
Ajuda a micros tem 3ª rodada e busca modelo para se tornar permanente

Terceira fase do programa para micro e pequenas empresas será lançado neste mês, com valor de R\$ 10 bilhões

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

07/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





Guilherme Afif Domingos: aval menor do governo e juro maior estão em estudo — Foto: Jorge William/Agência O Globo

O governo se prepara para lançar neste mês a terceira etapa do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), no valor de R\$ 10 bilhões. Servirá para testar a possibilidade de tornar o programa permanente, mas em outro formato, com menor pressão sobre o Tesouro.

Em vez de o governo bancar até 100% das perdas dos bancos com as operações, a cobertura será menor: poderá ficar em torno de 30%, informou ao **Valor** o assessor especial do Ministério da Economia Guilherme Afif Domingos. É possível também que os juros sejam elevados para algo como 6%, ante os atuais Selic mais 1,25%. Nessas condições, os R\$ 10 bilhões atenderão a um número maior de empresas.

Ex-presidente do Sebrae e idealizador do Simples, Afif vem defendendo em discussões internas no Ministério da Economia que o Pronampe se torne permanente nesse formato adaptado. Apresentou a mesma ideia aos integrantes da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa, em “live” na segunda-feira.



O compromisso do governo de bancar até 100% das perdas dos bancos com os empréstimos do Pronampe foi decisivo para destravar as operações, disse Afif. Até então, os recursos estavam empoçados porque as instituições financeiras temiam perdas com um alto nível de inadimplência. “Foi preciso radicalizar.”

No entanto, acredita-se que a cobertura de 100% é “exagerada”. Desse modo, haveria espaço para reduzi-la. Na avaliação de Afif, isso vai ficar mais claro quando terminar o prazo de carência dos empréstimos do Pronampe, que é de oito meses. Ou seja, a partir de março do ano que vem será possível verificar o real nível de operações não honradas na linha.

Até o momento, de acordo com o Ministério da Economia, foram realizadas 459.300 operações no Pronampe. Os empréstimos somam R\$ 31,8 bilhões.

A perenização do Pronampe é uma discussão ainda em aberto. A ideia se choca com o princípio de não deixar “transbordar” para 2021 as medidas adotadas para enfrentar a pandemia. A ordem é encerrar todos os programas emergenciais ao fim deste ano. No entanto, a própria pandemia poderá determinar a continuidade de algum deles.

Dados apresentados pelo economista José Roberto Afonso na “live” da Frente Parlamentar mostram que, desde a criação do Simples, em 2006, até 2019, as micro e pequenas empresas geraram 13,5 milhões de novos empregos. No mesmo período as médias e grandes fecharam 1,1 milhão de vagas.

O trabalho de Afonso ataca a ideia que o Simples é a maior item de renúncia fiscal do governo federal. Por estar nessa condição, o programa das micro e pequenas empresas é potencial alvo de corte dos chamados gastos tributários.

“Não é renúncia coisa nenhuma”, disse Afif. Ele chamou os técnicos que veem o programa dessa forma de “cabeças de planilha”.

Afonso questionou os critérios que levaram o governo a classificar o Simples como uma renúncia tributária. Alegou que a desoneração das exportações não é considerada renúncia porque a Constituição garante que não haverá tributação sobre elas. Da mesma forma, a Carta assegura tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas.

O economista colocou em dúvida também as estimativas da Receita para a renúncia do Simples. Num dos cálculos, comparou o recolhimento efetivo de tributos das empresas do lucro real e do lucro presumido e no Simples com que seria a arrecadação potencial, se não houvesse a renúncia.

No primeiro grupo, o efetivamente recolhido é 7% da receita bruta. Somando as renúncias, chega a 8,1%. No Simples, a diferença é bem maior. O arrecadado é de 8,5% e, somando as renúncias, chegaria a 14,5% da receita bruta.

“Tem algo errado nesse cálculo de renúncia”, afirmou Afonso. “Inclusive, temos apelado para a Receita Federal mostrar a memória de cálculo, além de discutir a metodologia.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A01 - Azul

R\$ 764,10 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Empresários de Camaçari vendem online usando este app grátis

OLIST

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Vem aí o Amazon Prime Day

AMAZON.COM.BR

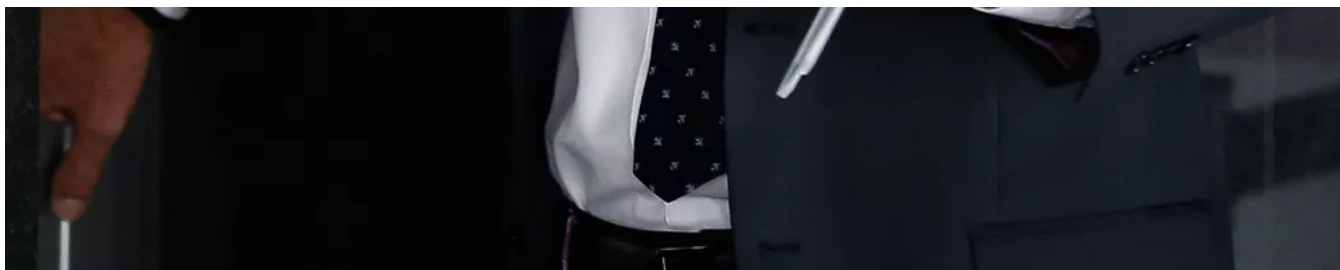
Bolsonaro guarda Renda Brasil na manga para 2022

Programa mais amplo que o Renda Cidadã ficaria para ano eleitoral

Por Fabio Murakawa, Lu Aiko Otta e Matheus Schuch — De Brasília

07/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





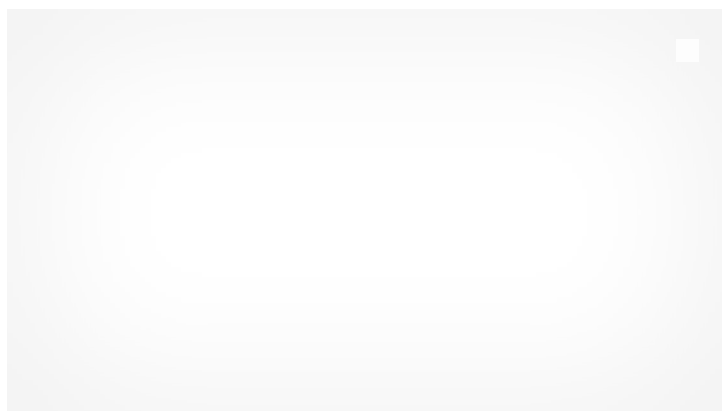
Marcio Bittar: Renda Cidadã deve ser incluído no relatório da PEC Emergencial — Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo

Embora a sua menção tenha sido vetada pelo presidente Jair Bolsonaro, o governo não desistiu de criar o Renda Brasil - uma grande plataforma reunindo vários programas assistenciais do governo, como o Bolsa Família, o seguro-defeso e outros que utilizam o Cadastro Único como base de beneficiários. Segundo fontes palacianas, a ideia foi congelada e deve ressuscitar entre o fim de 2021 e o início de 2022, ano em que Bolsonaro concorrerá a um novo mandato.

Trata-se de um programa distinto do Renda Cidadã, que vem sendo debatido nos últimos dias e é descrito no Palácio do Planalto como uma espécie de “doping” do Bolsa Família. Bolsonaro procura com o Renda Cidadã promover uma aterrissagem suave para o auxílio emergencial, que bombou a sua popularidade com pagamentos mensais de R\$ 600, depois reduzidos a R\$ 300, a título de ajuda durante a pandemia.

Já o Renda Brasil foi concebido no Ministério da Cidadania para agregar em um aplicativo de celular diversos benefícios e programas sociais voltados à população mais vulnerável.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A arquitetura desse programa, detalhado pelo **Valor** em 19 de agosto, coube ao secretário-executivo do Ministério da Cidadania, Antônio José Barreto. À época,

fontes disseram à reportagem que a intenção não era eliminar o Bolsa Família, mas fazer com que o Renda Brasil se sobrepusesse ao programa lançado em 2004 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, engolindo-o e tornando-se algo maior.

A ideia do aplicativo decorre da boa experiência com o auxílio emergencial, cujos recursos foram distribuídos por esse meio.

Ao longo de todo o mês seguinte, a equipe econômica buscou maneiras de financiar o Renda Brasil. Mas Bolsonaro mandou parar tudo depois que o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, cogitou congelar o reajuste de aposentadorias por dois danos para bancar o projeto.

O programa travou, principalmente, por questões fiscais. Mas o **Valor** apurou que ministros do núcleo político do governo concluíram que o adiamento pode ser benéfico para Bolsonaro.

O presidente foi convencido, segundo interlocutores, do potencial eleitoral do auxílio emergencial, que o alçou de uma situação adversa por causa da pandemia para uma popularidade recorde, segundo diversas pesquisas divulgadas nas últimas semanas.

“Se as eleições fossem hoje, ele seria reeleito”, afirmou uma fonte. “Mas não é possível manter o engajamento que um programa social desse provoca até 2022.”

No entendimento dessa ala política do governo, portanto, o lançamento bombástico de um grande programa com a marca de Bolsonaro no fim do atual mandato pode ser um grande trunfo para sua reeleição.

Já o Renda Cidadã é voltado para um fim mais imediato e menos abrangente: fazer um “pouso suave” para os que recebem o auxílio emergencial, enquanto a economia se recupera. Dentro do governo, o programa é comparado ao Casa Verde e Amarela, lançado pelo ministro Rogério Marinho para dar uma nova roupagem ao petista Minha Casa Minha Vida, mas sem grandes inovações.

Há também em torno do Renda Cidadã um impasse quanto às suas fontes de financiamento, que só deve ter uma solução após as eleições municipais, segundo fontes da área econômica.

Qualquer que seja a proposta a ser apresentada pelo relator das Propostas de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial e do Pacto Federativo, senador Marcio Bittar (MDB-AC), essa terá de ser submetida ao Congresso. Que, por sua vez, não deve tomar nenhuma decisão antes da eleição, ainda mais se envolver medidas impopulares.

Ontem, Bittar disse que espera incluir o Renda Cidadã no relatório da PEC Emergencial, a ser apresentado na semana que vem.

A trégua acertada entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), serviu para desanuviar o ambiente, mas ainda é vista como instável.

Um interlocutor do ministro comentou que o projeto de Maia para 2022 diverge daquele do presidente. É uma referência à aproximação do DEM com o tucano João Doria. Por outro lado, Maia tem compromissos com suas bases que o levam a se alinhar com princípios defendidos por Guedes, como a manutenção do teto de gastos.

Questionado se a incerteza quanto ao programa de renda, que na prática traz dúvidas sobre os rumos da política fiscal, poderia perdurar até novembro, a fonte avaliou que a elevação da taxa de juros é um fator de preocupação.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A30s 64GB Dual Chip Android 9.0 Tela 6.4" Octa-Core 4G Câmera Tripla 25MP + 5MP + 8MP - Preto

R\$ 1.499 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Empresários de Camaçari vendem online usando este app grátis

OLIST